



**Art.1º - Art.28**

# **QUEBRANDO PENAL MILITAR**

E-book de Questões Comentadas e  
Sem Comentários com gabarito no  
final do assunto.

## NOTA AO E-BOOK

Fala, pessoal! Tudo tranquilo?

Esse é o nosso e-book de Direito Penal Militar!

Nesse e-book vamos resolver questões do **Art. 1 ao 28: Da aplicação da lei penal militar**.

Nele englobamos as **principais bancas** de concursos públicos como CESPE, FCC, FGV, VUNESP, INSTITUTO AOCP e IBFC.

Falando um pouco da estrutura do nosso e-book ele se divide em duas partes:

- **1° parte do E-Book:** Questões sem comentários + gabarito no final do assunto.
- **2° parte do E-book:** Questões comentadas + gabarito.

Em relação as questões comentadas, cabe destacar que grande parte delas vêm com quadros **esquematizados, resumos, jurisprudência e pontos doutrinários** importantíssimos.

Enfim! Tenho certeza de que esse e-book será essencial para sua caminhada nos estudos para concursos! Agora vamos quebrar tudo!

**QUESTÕES COMENTADAS**

(IADES/PM-DF/2017)

**01) Com relação ao serviço militar obrigatório, assinale a alternativa correta.**

- A) Mesmo em tempos de guerra, os alistados que se declararem pacifistas podem deixar o serviço militar.
- B) Compete às Forças Armadas, em tempos de paz, atribuir serviço alternativo aos que alegarem imperativo de consciência decorrente de convicção política.
- C) Em tempos de paz, as mulheres são impedidas de prestar o serviço militar.
- D) Os eclesiásticos são isentos do serviço militar a qualquer tempo.
- E) Após alistado, aquele que alegar imperativo de consciência decorrente de crença religiosa torna-se isento do serviço militar obrigatório.

**Comentário:**

**Serviço Militar Obrigatório**

CF/88. Art. 143. O serviço militar é **obrigatório** nos termos da lei.

§ 1º Às **Forças Armadas compete**, na forma da lei, **atribuir serviço alternativo aos que, em tempo de paz, após alistados, alegarem imperativo de consciência**, entendendo-se como tal o decorrente de crença religiosa e de convicção filosófica ou política, para **se eximirem** de atividades de caráter essencialmente militar.

§ 2º As mulheres e os eclesiásticos ficam **isentos** do serviço militar obrigatório em tempo de paz, sujeitos, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir.

**Gabarito:** Letra B.

(INSTITUTO AOCP/PM-SC/2018)

**02) O direito penal militar é um ramo especializado, cujo corpo de normas se volta à instituição de infrações penais militares, com as sanções pertinentes, voltadas a garantir os princípios basilares das Forças Armadas, constituídos pela hierarquia e pela disciplina. Quanto ao direito penal militar vigente no Brasil, assinale a alternativa correta.**

- A) O direito penal militar contempla o princípio constitucional da legalidade, qual seja, não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.
- B) Por se tratar de ramo peculiar do Direito, o direito penal militar não precisa guardar coerência com o direito constitucional vigente desde 1988.
- C) O militar infrator pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime.
- D) A lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente não pode ser aplicada retroativamente.
- E) A pena cumprida no estrangeiro não atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime.

**Comentário:**

Letra A: Correta.

**Princípio de legalidade**

CPM. Art. 1º **Não há crime sem lei anterior** que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.

Letra B: Errada.

O CPM precisa estar em harmonia com as normas constitucionais.

Letra C: Errada.

**Lei supressiva de incriminação**

CPM. Art. 2º **Ninguém** pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, **cessando**, em virtude dela, a **própria vigência de sentença condenatória irrecorrível**, **salvo** quanto aos **efeitos de natureza civil**.

Letra D: Errada.

**Retroatividade de lei mais benigna**

CPM. Art. 2º. § 1º A **lei posterior** que, de qualquer outro modo, **favorece o agente**, aplica-se **retroativamente**, ainda quando já tenha sobrevindo sentença condenatória irrecorrível.

Letra E: Errada.

### **Pena cumprida no estrangeiro**

CPM. Art. 8º A pena cumprida no estrangeiro **atenua** a pena imposta no Brasil pelo **mesmo crime**, quando **diversas**, ou nela é computada, quando idênticas.

**Gabarito:** Letra A.

#### **(Aeronáutica/CIAAR/2019)**

### **03) Quanto à parte geral do Código Penal Militar, é correto afirmar que**

A) as medidas de segurança regem-se pela lei vigente ao tempo do crime, prevalecendo sobre a lei vigente ao tempo da sentença ou da execução.

B) a lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente, não se aplica retroativamente, quando já tenha sobrevindo sentença condenatória irrecorrível.

C) para se reconhecer qual a mais favorável, a lei posterior e a anterior devem ser consideradas separadamente, cada qual no conjunto de suas normas aplicáveis ao fato.

D) ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, contudo, não cessa, em virtude dela, a vigência de sentença condenatória irrecorrível, nem mesmo quanto aos efeitos de natureza civil.

**Comentário:**

Letra A: Errada

### **Medidas de segurança**

CPM. Art. 3º As medidas de segurança regem-se pela **lei vigente ao tempo da sentença**, prevalecendo, entretanto, se diversa, a lei vigente ao tempo da execução.

Letra B: Errada.

### **Retroatividade de lei mais benigna**

CPM. Art. 2º § 1º A **lei posterior** que, de qualquer outro modo, **favorece o agente**, aplica-se **retroativamente**, ainda quando já tenha sobrevindo sentença condenatória irrecorrível.

Letra C: Correta.

### **Apuração da maior benignidade**

CPM. Art. 2º § 2º Para se reconhecer qual a mais favorável, a **lei posterior e a anterior** devem ser consideradas **separadamente**, cada qual no conjunto de suas normas aplicáveis ao fato.

Letra D: Errada.

### **Lei supressiva de incriminação**

CPM. Art. 2º **Ninguém** pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, **cessando**, em virtude dela, a **própria vigência de sentença condenatória irrecorrível**, **salvo** quanto aos **efeitos de natureza civil**.

**Gabarito:** Letra C.

#### **(Marinha/Quadro Técnico/2017)**

**04) No direito penal comum vigora o princípio da irretroatividade da lei mais gravosa. No entanto, há a possibilidade de aplicação retroativa de lei posterior ao fato, desde que mais benéfica ao agente. De acordo com o Código Penal Militar, para a apuração da maior benignidade da lei posterior**

A) deverá ser considerada a composição das normas da lei vigente à época do fato e das normas constantes na lei posterior cujo efeito retroativo se pretende operar.

B) a lei posterior e a anterior devem ser consideradas separadamente, cada qual no conjunto de suas normas aplicáveis ao caso.

C) a lei posterior somente pode ser considerada mais benéfica se tornar o fato atípico ou isentar o agente de culpa.

D) não há regra expressa, razão pela qual não deve ocorrer a aplicação retroativa da lei mais benéfica.

E) a classificação da lei deverá ser considerada, sendo certo de que haverá a aplicação retroativa da lei posterior mais benéfica quando o fato típico houver sido praticado durante a vigência de lei temporária.

**Comentário:**

**Apuração da maior benignidade**

CPM. Art. 2º § 2º Para se reconhecer qual a mais favorável, a lei posterior e a anterior devem ser consideradas separadamente, cada qual no conjunto de suas normas aplicáveis ao fato.

**Gabarito:** Letra B.

(UEG/PM-GO/2013)

**05) No que se refere ao conflito de leis no tempo, segundo o Código Penal Militar:**

A) a lei posterior que favorecer o agente aplica-se retroativamente, salvo quando já tenha sobrevivido sentença condenatória irrecorrível.

B) ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, permanecendo vigente, entretanto, a sentença irrecorrível proferida com alicerce à lei anterior.

C) para se reconhecer a norma mais favorável, a lei posterior e anterior devem ser consideradas separadamente, cada qual no conjunto de suas normas aplicáveis ao fato.

D) há orientação consolidada reconhecendo a possibilidade de se mesclar o regime penal comum e o regime penal castrense, mediante a seleção das partes mais benéficas de cada um deles.

**Comentário:**

Letra A/B: Errada/Correta.

Princípio da Retroatividade Benéfica	
Divide-se em <b>duas espécies</b> : * Abolitio Criminis;  * Novatio Legis in Mellius.	
Abolitio Criminis	Novatio Legis in Mellius
- Ocorre quando um <b>fato deixa de ser crime</b> depois que uma <b>lei penal</b> que incrimina acaba sendo <b>revogada</b> ; no entanto, os <b>efeitos extrapenais continuam existindo</b> .	Ocorre quando uma <b>lei posterior</b> traz uma situação <b>mais benéfica ao réu</b> , após a <b>revogação de lei anterior</b> ;
CPM. Art. 2º <b>Ninguém</b> pode ser punido por fato que <u>lei posterior</u> deixa de considerar crime, <b>cessando</b> , em virtude dela, a <b>própria vigência de sentença condenatória irrecorrível</b> , <b>salvo</b> quanto aos <b>efeitos de natureza civil</b> . (LETRA B)	CPM. Art. 2º § 1º A <b>lei posterior</b> que, de qualquer outro modo, <b>favorece o agente</b> , aplica-se <b>retroativamente</b> , <u>ainda quando já tenha sobrevivido sentença condenatória irrecorrível</u> . (LETRA A)  CF/88, Art.5º, XL - a lei penal <b>não retroagirá</b> , <b>salvo para beneficiar o réu</b> ;
<b>OBS:</b> O Abolitio criminis refere-se à <b>supressão</b> da conduta criminosa nos <b>aspectos formal e material</b> .	

Letra C/D: Erradas.

**Apuração da maior benignidade**

CPM. Art. 2º § 2º Para se reconhecer qual a mais favorável, a lei posterior e a anterior devem ser consideradas separadamente, cada qual no conjunto de suas normas aplicáveis ao fato.

**Gabarito:** Letra B.

(FUNCAB/CBM-MT/2014)

**06) De acordo com o Código Penal Militar, a lei posterior ao fato criminoso que, de qualquer outro modo, favorece o agente:**

A) provoca a anulação de todos os atos formais do processo criminal em curso.

B) aplica-se retroativamente, exceto se já tenha sobrevivido sentença condenatória irrecorrível.

C) aplica-se retroativamente, mesmo quando já tenha sobrevivido sentença condenatória irrecorrível.

- D) aplica-se apenas aos fatos ocorridos a partir de sua publicação.  
 E) provoca a nulidade absoluta do processo criminal em curso.

Comentário:

Princípio da Retroatividade Benéfica	
Divide-se em <b>duas espécies</b> : * Abolitio Criminis;  * Novatio Legis in Mellius.	
Abolitio Criminis	Novatio Legis in Mellius
- Ocorre quando um <b>fato deixa de ser crime</b> depois que uma <b>lei penal</b> que incrimina acaba sendo <b>revogada</b> ; no entanto, os <b>efeitos extrapenais continuam existindo</b> .	Ocorre quando uma <b>lei posterior</b> traz uma situação <b>mais benéfica ao réu</b> , após a <b>revogação de lei anterior</b> ;
CPM. Art. 2º <b>Ninguém</b> pode ser punido por fato que <b>lei posterior deixa de considerar crime, cessando</b> , em virtude dela, <b>a própria vigência de sentença condenatória irrecorrível, salvo</b> quanto aos <b>efeitos de natureza civil</b> .	CPM. Art. 2º § 1º A <b>lei posterior</b> que, de qualquer outro modo, <b>favorece o agente, aplica-se retroativamente, ainda quando já tenha sobrevindo sentença condenatória irrecorrível</b> .  CF/88, Art.5º, XL - a lei penal <b>não retroagirá, salvo para beneficiar o réu</b> ;
<b>OBS:</b> O Abolitio criminis refere-se à <b>supressão</b> da conduta criminosa nos <b>aspectos formal e material</b> .	

Gabarito: Letra C.

(FADESP/PM-PA/2016)

07) O Código Penal Militar já proibia a chamada “combinação de leis”, vedada pelo Supremo Tribunal Federal, ao determinar que a aferição da lei mais favorável deve ser feita pelo confronto do conjunto de dispositivos de cada lei.

Comentário:

Apuração da maior benignidade

CPM. Art. 2º § 2º Para se reconhecer qual a mais favorável, a **lei posterior e a anterior** devem ser consideradas **separadamente**, cada qual no conjunto de suas normas aplicáveis ao fato. (**Não é possível a Lex Tertia – Combinação de leis**)

Gabarito: Correto.

(Exército/EsFCEX/2014)

08) O Código Penal Militar tem o Princípio da Insignificância positivado em seu texto, previsto para crimes como furto, roubo e peculato, ao contrário do Código Penal comum onde a aplicação de tal princípio se dá de forma supralegal.

Comentário:

O CPM não prevê em seu texto legal o princípio da insignificância.

Gabarito: Errado.

(CESPE/PM-DF/2010)

09) No que concerne à aplicação da lei penal militar, ao crime e à imputabilidade penal, julgue o item a seguir.

As leis excepcionais e temporárias, mesmo depois de revogadas, continuam sendo aplicadas aos fatos praticados durante sua vigência, o que não se contrapõe às regras constitucionais que norteam o direito penal militar, a exemplo da irretroatividade da lei penal.

Comentário:

Lei excepcional ou temporária

Art. 4º - A lei **excepcional** ou **temporária**, **embora decorrido o período de sua duração** ou **cessadas as circunstâncias que a determinaram**, aplica-se ao **fato praticado durante sua vigência**.

Leis Intermitentes	
Divide-se em: * <b>Leis Excepcionais</b> ;	
* <b>Leis Temporárias</b> .	
Leis Excepcionais	Leis Temporárias
Leis produzidas para vigorar <b>em determinada situação</b> ;	Leis editadas que <b>têm vigência em certo período</b> sendo a sua <b>revogação automática</b> ao termo de sua vigência;
No caso de <b>Leis Intermitentes</b> (Leis <b>Excepcionais</b> e <b>Temporárias</b> ), a pessoa que cometeu o delito, <b>em sua vigência, responderá, mesmo após o término do prazo da norma</b> .	
São hipóteses de <b>ultra-atividade maléfica</b> .	
Sendo criada, após o término das leis intermitentes, <b>lei abolitiva revogando</b> o crime previsto na lei temporária, estas <b>não mais produziram efeitos</b> .	

Extra-atividade	
É o <b>gênero</b> que se divide em <b>duas espécies</b> :	
* <b>Ultratividade</b> ;	
* <b>Retroatividade</b> .	
Ultratividade	Retroatividade
Lei penal que continua aplicando seus efeitos, mesmo já revogada, em relação aos fatos ocorridos durante sua vigência. (Leis Excepcionais ou Temporárias).	Lei penal que retroage no tempo, antes mesmo de sua entrada em vigor, para ser aplicada.  Sendo a lei penal mais benígna, aplica-se a extra-atividade, especificamente, a retroatividade para beneficiar o réu.

Gabarito: Correto.

(FGV/PM-CE/2021)

**10) O soldado Castro, militar da Polícia Militar do Estado do Ceará, pratica um delito durante a vigência de uma lei temporária. A referida lei determina que a pena do delito será agravada se o crime tiver sido praticado por militar. Ocorre que, na época de seu julgamento, a mencionada lei já não estava em vigor. Sobre a situação descrita, com base no disposto no Código Penal Militar, assinale a afirmativa correta.**

- A) Durante o julgamento, deve ser observada a lei mais benéfica para o réu.  
 B) Durante o julgamento, deve ser aplicada a lei vigente.  
 C) A lei temporária só será aplicada se for mais benéfica ao réu.  
 D) A lei temporária, após o período de vigência, será aplicada ao fato ocorrido durante sua vigência, ainda que mais gravosa.  
 E) A lei temporária não pode mais ser aplicada, uma vez decorrido seu período de vigência.

Comentário:

**Lei excepcional ou temporária**

Art. 4º - A lei **excepcional** ou **temporária**, **embora decorrido o período de sua duração** ou **cessadas as circunstâncias que a determinaram**, aplica-se ao **fato praticado durante sua vigência**.

Leis Intermitentes	
Divide-se em: * <b>Leis Excepcionais</b> ;	
* <b>Leis Temporárias</b> .	
Leis Excepcionais	Leis Temporárias
Leis produzidas para vigorar <b>em determinada situação</b> ;	Leis editadas que <b>têm vigência em certo período</b> sendo a sua <b>revogação automática</b> ao termo de sua vigência;
No caso de <b>Leis Intermitentes</b> (Leis <b>Excepcionais</b> e <b>Temporárias</b> ), a pessoa que cometeu o delito, <b>em sua vigência, responderá, mesmo após o término do prazo da norma</b> .	

São hipóteses de <b>ultra-atividade maléfica</b> .
Sendo criada, após o término das leis intermitentes, <b>lei abolitiva revogando</b> o crime previsto na lei temporária, estas <b>não mais produziram efeitos</b> .

Gabarito: Letra D.

(FGV/PM-CE/2021)

11) Com base no Código Penal Militar, avalie as afirmativas a seguir.

I. Para se reconhecer qual é a mais favorável, a lei posterior e a anterior devem ser consideradas separadamente, cada qual no conjunto de suas normas aplicáveis.

II. O Código Penal Militar adota a teoria mista em relação ao tempo do crime, considerando-se praticado o crime tanto no momento da conduta ou omissão, quanto no momento do resultado do crime.

III. Se uma lei posterior deixar de considerar um fato de um crime, nenhum agente poderá ser punido, salvo se já tiver sido condenado por sentença irrecorrível.

Está correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) II e III, apenas.

Comentário:

Item I: Correta.

Item II: Errada.

Tempo do crime

Art. 5º Considera-se praticado o crime no **momento da ação ou omissão**, ainda que outro seja o do resultado.

Tempo do Crime
- É dividido em <b>Três teorias</b> explicando quando ocorre a prática do crime: * Teoria da <b>Atividade</b> ; (CPM ADOTA) * Teoria do <b>Resultado</b> ; * Teoria da <b>Ubiquidade ou Mista</b> .
Teoria da Atividade
O crime é considerado praticado no <b>momento de sua ação ou omissão</b> , <b>sem a importância do momento do resultado</b> . (ADOTADO PELO CPM)
Teoria do Resultado
O crime é considerado praticado no <b>momento do resultado</b> , <b>não levando em consideração</b> o momento da ação ou omissão.
Teoria da Ubiquidade ou Mista
O crime é considerado praticado <b>tanto no momento do resultado ou no da ação ou omissão</b> .

Teorias Adotadas			
Código Penal		Código Penal Militar	
Tempo do Crime	Lugar do Crime	Tempo do Crime	Lugar do Crime
Atividade	Ubiquidade	Atividade	Comissivo: Ubiquidade. Omissivo: Atividade.

Item III: Errado.

Princípio da Retroatividade Benéfica	
Divide-se em <b>duas espécies</b> : * Abolitio Criminis;  * Novatio Legis in Mellius.	
Abolitio Criminis	Novatio Legis in Mellius
- Ocorre quando um <b>fato deixa de ser crime</b> depois que uma <b>lei penal</b> que incrimina acaba sendo	Ocorre quando uma <b>lei posterior</b> traz uma situação <b>mais benéfica ao réu</b> , após a <b>revogação de lei</b>



revogada; no entanto, os <b>efeitos extrapenais continuam existindo</b> .	anterior;
CPM. Art. 2º <b>Ninguém</b> pode ser punido por fato que <u>lei posterior deixa de considerar crime, cessando</u> , em virtude dela, <b>a própria vigência de sentença condenatória irrecorrível, salvo</b> quanto aos <b>efeitos de natureza civil</b> .	CPM. Art. 2º § 1º A <b>lei posterior</b> que, de qualquer outro modo, <b>favorece o agente</b> , aplica-se <b>retroativamente</b> , <u>ainda quando já tenha sobrevindo sentença condenatória irrecorrível</u> .  CF/88, Art.5º, XL - a lei penal <b>não retroagirá, salvo para beneficiar o réu</b> ;
<b>OBS:</b> O Abolitio criminis refere-se à <b>supressão</b> da conduta criminosa nos <b>aspectos formal e material</b> .	

Gabarito: Letra A.

(UPENET/PM-PE/2018)

12) Sobre a aplicação da Lei Penal Militar no tempo, analise as afirmativas a seguir:

I. O conflito intertemporal, em regra, soluciona-se com a irretroatividade da Lei Penal Militar.

II. A retroatividade e a ultratividade da Lei Penal Militar representam o reconhecimento da aplicação de uma lei penal militar em um período fora de sua vigência ou eficácia. Podemos exemplificar com a Lei Militar temporária.

III. Se uma Lei Penal Militar retira do ordenamento jurídico um tipo penal previsto em Lei anterior, essa nova norma não pode retroagir no tempo, diante das peculiaridades inerentes à justiça castrense.

IV. O Código Penal Militar brasileiro adotou a teoria da ação ou da atividade para definir o tempo do crime. Estão **CORRETAS**

- A) I e II, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, II e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

**Comentário:**

Item I: Correto.

Em regra, a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.

Item II: Correto.

Extra-atividade	
É o gênero que se divide em <b>duas espécies</b> :	
* <b>Ultratividade</b> ;	
* <b>Retroatividade</b> .	
Ultratividade	Retroatividade
Lei penal que continua aplicando seus efeitos, mesmo já revogada, em relação aos fatos ocorridos durante sua vigência. (Leis Excepcionais ou Temporárias).	Lei penal que retroage no tempo, antes mesmo de sua entrada em vigor, para ser aplicada.  Sendo a lei penal mais benigna, aplica-se a extra-atividade, especificamente, a retroatividade para beneficiar o réu.

**Lei excepcional ou temporária**

CPM. Art. 4º - A lei **excepcional** ou **temporária**, **embora decorrido o período de sua duração** ou **cessadas as circunstâncias que a determinaram**, aplica-se ao **fato praticado durante sua vigência**.

Item III: Errado.

**Retroatividade de lei mais benigna**

CPM. Art. 2º. § 1º A **lei posterior** que, de qualquer outro modo, **favorece o agente**, aplica-se **retroativamente**, ainda quando já tenha sobrevindo sentença condenatória irrecorrível.

Item IV: Correto.

**Tempo do crime**

CPM. Art. 5º Considera-se praticado o crime no **momento da ação ou omissão**, ainda que outro seja o do resultado.

Tempo do Crime
- É dividido em <b>Três teorias</b> explicando quando ocorre a prática do crime: * Teoria da <b>Atividade</b> ; (CPM ADOTA) * Teoria do <b>Resultado</b> ; * Teoria da <b>Ubiquidade ou Mista</b> .
Teoria da Atividade
O <b>crime</b> é considerado praticado no <b>momento de sua ação ou omissão</b> , <u>sem a importância do momento do resultado.</u> (ADOTADO PELO CPM)
Teoria do Resultado
O crime é considerado praticado no <b>momento do resultado</b> , <u>não levando em consideração</u> o momento da ação ou omissão.
Teoria da Ubiquidade ou Mista
O <b>crime</b> é considerado praticado <b>tanto no momento do resultado ou no da ação ou omissão.</b>

Teorias Adotadas			
Código Penal		Código Penal Militar	
Tempo do Crime	Lugar do Crime	Tempo do Crime	Lugar do Crime
Atividade	Ubiquidade	Atividade	Comissivo: Ubiquidade. Omissivo: Atividade.

**Gabarito:** Letra D.

(PM-MG/PM-MG/2017)

**13) Sobre a aplicação da Lei Penal Militar, considerando o regramento estabelecido no Código Penal Militar, marque a alternativa CORRETA:**

- A) Há crime sem lei anterior que o defina e pena sem prévia cominação legal.
- B) Considera-se praticado o crime no momento da ação, omissão ou do resultado.
- C) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando, em virtude dela, a própria vigência de sentença condenatória irrecorrível, salvo quanto aos efeitos de natureza civil.
- D) Considera-se praticado o fato, no lugar em que se desenvolveu a atividade criminosa, e não no local onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

**Comentário:**

Letra A: Errada.

**Princípio de legalidade**

CPM. Art. 1º **Não há crime sem lei anterior** que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.

Letra B: Errada.

**Tempo do crime**

CPM. Art. 5º Considera-se praticado o crime no **momento da ação ou omissão**, ainda que outro seja o do resultado.

Tempo do Crime
- É dividido em <b>Três teorias</b> explicando quando ocorre a prática do crime:

* Teoria da <b>Atividade</b> ; (CPM ADOTA) * Teoria do <b>Resultado</b> ; * Teoria da <b>Ubiquidade ou Mista</b> .
<b>Teoria da Atividade</b>
O crime é considerado praticado no momento de sua ação ou omissão, <u>sem a importância do momento do resultado</u> . (ADOTADO PELO CPM)

Letra C: Correta.

**Lei supressiva de incriminação**

CPM. Art. 2º **Ninguém** pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, **cessando**, em virtude dela, a **própria vigência de sentença condenatória irrecorrível**, salvo quanto aos **efeitos de natureza civil**.

Letra D: Errada.

**Lugar do crime**

CPM. Art. 6º Considera-se praticado o fato, no lugar em que se desenvolveu a atividade criminosa, no todo ou em parte, e ainda que sob forma de participação, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado. Nos **crimes omissivos**, o fato considera-se praticado no **lugar em que deveria realizar-se a ação omitida**.

<b>Lugar do Crime – Teorias Adotadas pelo CPM</b>	
<b>Teoria da Ubiquidade</b>	<b>Teoria da Atividade</b>
Quando o crime for <b>comissivo</b> .	Quando o crime for <b>omissivo</b> .
Considera-se praticado o fato, no <u>lugar em que se desenvolveu a atividade</u> criminosa, no todo ou em parte, e ainda que sob forma de participação, <u>bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado</u> .	Nos <b>crimes omissivos</b> , o fato considera-se praticado no <b>lugar em que deveria realizar-se a ação omitida</b> .

**Gabarito:** Letra C.

(IBADE/PM-RJ/2017)

**14) Quanto ao lugar do crime dos crimes omissivos, o Código Penal Militar adotou a teoria:**

- A) Unitária.
- B) da Atividade
- C) da Ubiquidade
- D) Mista.
- E) do Resultado.

**Comentário:**

<b>Lugar do Crime – Teorias Adotadas pelo CPM</b>	
<b>Teoria da Ubiquidade</b>	<b>Teoria da Atividade</b>
Quando o crime for <b>comissivo</b> .	Quando o crime for <b>omissivo</b> .
Considera-se praticado o fato, no <u>lugar em que se desenvolveu a atividade</u> criminosa, no todo ou em parte, e ainda que sob forma de participação, <u>bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado</u> .	Nos <b>crimes omissivos</b> , o fato considera-se praticado no <b>lugar em que deveria realizar-se a ação omitida</b> .

<b>Teorias Adotadas</b>			
<b>Código Penal</b>		<b>Código Penal Militar</b>	
<b>Tempo do Crime</b>	<b>Lugar do Crime</b>	<b>Tempo do Crime</b>	<b>Lugar do Crime</b>
Atividade	Ubiquidade	Atividade	Comissivo: Ubiquidade. Omissivo: Atividade.

**Gabarito:** Letra B.

## (UEG/PM-GO/2013)

**15) Quanto ao lugar do crime, segundo o Código Penal Militar:**

- A) adota-se a teoria da ubiquidade para os crimes omissivos e comissivos, nos moldes estabelecidos pelo Código Penal.
- B) aplica-se, ao crime comissivo, a teoria da ação ou atividade, pois se considera o lugar do crime somente aquele em que a ação criminosa produziu resultado.
- C) adota-se, ao crime omissivo, a teoria da ubiquidade, pois se considera o lugar do crime aquele em que a conduta omissiva produziu resultado.
- D) nos crimes omissivos, adota-se a teoria da ação ou atividade, pois o fato considera-se praticado no lugar em que deveria realizar-se a ação omitida.

**Comentário:****Lugar do crime**

CPM. Art. 6º Considera-se praticado o fato, no lugar em que se desenvolveu a atividade criminosa, no todo ou em parte, e ainda que sob forma de participação, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado. Nos **crimes omissivos**, o fato considera-se praticado no **lugar em que deveria realizar-se a ação omitida**.

Teorias Adotadas			
Código Penal		Código Penal Militar	
Tempo do Crime	Lugar do Crime	Tempo do Crime	Lugar do Crime
Atividade	Ubiquidade	Atividade	Comissivo: Ubiquidade. Omissivo: Atividade.

**Gabarito:** Letra D.

## (CESPE/PM-DF/2010)

**16) No que concerne à aplicação da lei penal militar, ao crime e à imputabilidade penal, julgue o item a seguir.**

O CPM adotou para o local e o tempo do crime, entre outras correntes teóricas, a teoria da ubiquidade, que considera como local e tempo do crime tanto aqueles em que foi desenvolvida a ação ou omissão, como aqueles nos quais foi produzido o resultado.

**Comentário:**

Teorias Adotadas			
Código Penal		Código Penal Militar	
Tempo do Crime	Lugar do Crime	Tempo do Crime	Lugar do Crime
Atividade	Ubiquidade	Atividade	Comissivo: Ubiquidade. Omissivo: Atividade.

**Gabarito:** Errado.

## (FGV/PM-RJ/2021)

**17) Com base no disposto no Código Penal Militar, assinale a afirmativa incorreta.**

- A) A qualidade de superior ou de inferior deixa de ser elemento constitutivo do crime quando não conhecida pelo agente.
- B) Se uma lei posterior deixar de considerar um fato um crime, nenhum agente poderá ser punido, ainda que tenha sido condenado por sentença irrecorrível.
- C) Se sobrevier lei que, de qualquer forma, favoreça o agente, aplica-se a lei nova retroativamente, ainda que o agente tenha sido condenado por sentença irrecorrível.
- D) Quanto às medidas de segurança, se houver divergência entre a lei vigente ao tempo da sentença e a lei vigente ao tempo da execução, prevalece a lei em vigor ao tempo da execução.
- E) Aplica-se a lei penal militar, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido em parte no território nacional, salvo se o agente tiver sido julgado pela justiça estrangeira.

**Comentário:**

Letra A: Correta.

**Elementos não constitutivos do crime**

CPM. Art. 47. **Deixam de ser elementos** constitutivos do crime:

I - a **qualidade de superior ou a de inferior**, quando não conhecida do agente;

II - a qualidade de superior ou a de inferior, a de oficial de dia, de serviço ou de quarto, ou a de sentinela, vigia, ou plantão, quando a ação é praticada em repulsa a agressão.

Letra B: Correta.

### Lei supressiva de incriminação

CPM. Art. 2º **Ninguém** pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, **cessando**, em virtude dela, **a própria vigência de sentença condenatória irrecorrível**, **salvo** quanto aos **efeitos de natureza civil**.

Letra C: Correta.

### Retroatividade de lei mais benigna

CPM. Art. 2º. § 1º A **lei posterior** que, de qualquer outro modo, **favorece o agente**, aplica-se **retroativamente**, ainda quando já tenha sobrevindo sentença condenatória irrecorrível.

Letra D: Correta.

### Medidas de segurança

Art. 3º As medidas de segurança regem-se pela **lei vigente ao tempo da sentença**, prevalecendo, entretanto, se diversa, a lei vigente ao tempo da execução.

Letra E: Errada.

### Territorialidade, Extraterritorialidade

CPM. Art. 7º Aplica-se a lei penal militar, **sem prejuízo** de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao **crime cometido**, no todo ou em parte no território nacional, ou fora dele, **ainda que**, neste caso, o agente esteja sendo **processado ou tenha sido julgado pela justiça estrangeira**.

Gabarito: Letra E.

(IBADE/PM-RJ/2019)

**18) De acordo com a aplicação da lei penal militar, prevista no Código Penal Militar, assinale a assertiva correta.**

- A) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, desde que seja o mesmo do resultado.
- B) Considera-se praticado o fato, no lugar em que se desenvolveu a atividade criminosa, no todo ou em parte, exceto se sob forma de participação, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado. Nos crimes omissivos, o fato considera-se praticado no lugar em que deveria realizar-se a ação omitida.
- C) Para se reconhecer qual a mais favorável, a lei posterior e a anterior devem ser consideradas conjuntamente.
- D) Ao crime praticado a bordo de aeronaves ou navios estrangeiros, desde que em lugar sujeito à administração militar, aplica-se a lei penal comum.
- E) Aplica-se a lei penal militar, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido, no todo ou em parte no território nacional, ou fora dele, ainda que, neste caso, o agente esteja sendo processado ou tenha sido julgado pela justiça estrangeira.

**Comentário:**

Letra A: Errada

### Tempo do crime

CPM. Art. 5º Considera-se praticado o crime no **momento da ação ou omissão**, ainda que outro seja o do resultado.

Letra B: Errada.

### Lugar do crime

CPM. Art. 6º Considera-se praticado o fato, no lugar em que se desenvolveu a atividade criminosa, no todo ou em parte, e ainda que sob forma de participação, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado. Nos **crimes omissivos**, o fato considera-se praticado no **lugar em que deveria realizar-se a ação omitida**.

Letra C: Errada.

### Apuração da maior benignidade

CPM. Art. 2º § 2º Para se reconhecer qual a mais favorável, a **lei posterior e a anterior** devem ser consideradas **separadamente**, cada qual no conjunto de suas normas aplicáveis ao fato.

Letra D: Errada.

### Ampliação a aeronaves ou navios estrangeiros

CPM. Art. 7º § 2º É também **aplicável a lei penal militar** ao crime praticado a **bordo de aeronaves ou navios estrangeiros**, desde que em lugar sujeito à administração militar, e o crime atente contra as instituições militares.

Letra E: Correta.

### Territorialidade, Extraterritorialidade

CPM. Art. 7º Aplica-se a lei penal militar, **sem prejuízo** de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao **crime cometido**, no todo ou em parte no território nacional, ou fora dele, **ainda que**, neste caso, o agente esteja sendo **processado ou tenha sido julgado pela justiça estrangeira**.

**Gabarito:** Letra E.

### (INSTITUTO AOCP/PM-ES/2018)

**19) No que concerne ao Código Penal Militar, assinale a alternativa correta.**

- A) O lugar do crime, quanto aos crimes comissivos, é regido pela teoria da ubiquidade.
- B) A suspensão condicional da pena se aplica, ainda que em tempo de guerra, ao crime de violência contra superior.
- C) Com relação ao tempo do crime, o Código Penal militar filiou-se à teoria do resultado.
- D) Para os efeitos da lei penal militar, consideram-se como extensão do território nacional as aeronaves e os navios brasileiros, onde quer que se encontrem, sob comando militar ou militarmente utilizados ou ocupados por ordem legal de autoridade competente, desde que não sejam de propriedade privada.
- E) Os crimes militares, em tempo de paz, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares contra civil, serão de competência da Justiça Militar da União.

**Comentário:**

Letra A: Correta.

### Lugar do crime

CPM. Art. 6º Considera-se praticado o fato, no lugar em que se desenvolveu a atividade criminosa, no todo ou em parte, e ainda que sob forma de participação, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado. Nos **crimes omissivos**, o fato considera-se praticado no **lugar em que deveria realizar-se a ação omitida**.

Letra B: Errada.

### Não aplicação da suspensão condicional da pena

CPM. Art. 88. A suspensão condicional da pena **não se aplica**:

I - ao condenado por **crime cometido em tempo de guerra**;

II - em **tempo de paz**:

Letra C: Errada.

### Tempo do crime

CPM. Art. 5º Considera-se praticado o crime no **momento da ação ou omissão**, ainda que outro seja o do resultado.

Letra D: Errada.

### Territorialidade, Extraterritorialidade

CPM. Art. 7º Aplica-se a lei penal militar, **sem prejuízo** de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao **crime cometido**, no todo ou em parte no território nacional, ou fora dele, **ainda que**, neste caso, o agente esteja sendo **processado ou tenha sido julgado pela justiça estrangeira**.

Letra E: Errada.

CPM. Art. 9º § 1º. Os crimes de que trata este artigo, quando **dolosos** contra a vida e cometidos por **militares contra civil**, serão da competência do **Tribunal do Júri**.

Gabarito: Letra A.

(UPENET/CBM-PE/2018)

20) Sobre a aplicação da Lei Penal Militar, analise as afirmativas a seguir:

I. O Código Penal Militar adotou, para a lei penal militar no espaço, tanto a regra da territorialidade quanto a regra da extraterritorialidade.

II. A lei posterior que favorece o agente não pode ser aplicada retroativamente quando já tenha sobrevivido sentença condenatória irrecorrível.

III. As medidas de segurança regem-se pela lei vigente ao tempo da sentença, prevalecendo, entretanto, se diversa, a lei vigente ao tempo da execução.

IV. A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

Estão CORRETAS

A) I e II, apenas.

B) I, II e IV, apenas.

C) I, III e IV, apenas.

D) II, III e IV, apenas.

E) I, II, III e IV.

Comentário:

Item I: Correto.

### Territorialidade, Extraterritorialidade

CPM. Art. 7º Aplica-se a lei penal militar, **sem prejuízo** de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao **crime cometido**, no todo ou em parte no território nacional, ou fora dele, **ainda que**, neste caso, o agente esteja sendo **processado ou tenha sido julgado pela justiça estrangeira**.

Item II: Errado.

### Retroatividade de lei mais benigna

CPM. Art. 2º. § 1º A **lei posterior** que, de qualquer outro modo, **favorece o agente**, aplica-se **retroativamente**, ainda quando já tenha sobrevivido sentença condenatória irrecorrível.

Item III: Correto.

### Medidas de segurança

CPM. Art. 3º As medidas de segurança regem-se pela **lei vigente ao tempo da sentença**, prevalecendo, entretanto, se diversa, a lei vigente ao tempo da execução.

Item IV: Correto.

### Lei excepcional ou temporária

CPM. Art. 4º - A lei **excepcional** ou **temporária**, **embora decorrido o período de sua duração** ou **cessadas as circunstâncias que a determinaram**, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

Gabarito: Letra C.

(CESPE/PM-AL/2017)

**21) Antônio, depois de presenciar um homicídio que ocorreu próximo de sua residência, foi à delegacia de polícia mais próxima e comunicou o crime à autoridade policial, por escrito.**

**A respeito dessa situação hipotética e de aspectos legais a ela relacionados, julgue o item a seguir.**

Crime comum, como o homicídio, mesmo quando tipificado como crime militar, deve ser investigado por autoridade policial judiciária civil.

**Comentário:**

CPPM. Art. 8º Compete à **Polícia judiciária militar**:

a) **apurar os crimes militares**, bem como os que, por lei especial, estão sujeitos à jurisdição militar, e sua autoria;

Gabarito: Errado.

(IBADE/PM-RJ/2017)

**22) No que tange à aplicação da lei penal militar prevista no Código Penal Militar, assinale a assertiva correta.**

A) Aplica-se a lei penal militar, com prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido, no todo ou em parte no território nacional.

B) Considera-se praticado o crime no momento do resultado da ação ou omissão.

C) Para os efeitos da lei penal militar consideram-se como extensão do território nacional as aeronaves e os navios brasileiros, onde quer que se encontrem, sob comando militar ou ocupados por ordem legal de autoridade competente, exceto os de propriedade privada.

D) É aplicável a lei penal militar ao crime praticado a bordo de aeronaves ou navios estrangeiros, desde que em lugar sujeito à administração militar, e o crime atente contra as instituições militares.

E) A lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente, aplica-se retroativamente, exceto se já tenha sobrevindo sentença condenatória irreversível.

**Comentário:**

Letra A: Errada.

### Territorialidade, Extraterritorialidade

CPM. Art. 7º Aplica-se a lei penal militar, **sem prejuízo** de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao **crime cometido, no todo ou em parte no território nacional, ou fora dele, ainda que**, neste caso, o agente esteja sendo **processado ou tenha sido julgado pela justiça estrangeira**.

Letra B: Errada.

### Tempo do crime

CPM. Art. 5º Considera-se praticado o crime no **momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o do resultado**.

Letra C: Errada.

### Território nacional por extensão

CPM. Art. 7º § 1º Para os efeitos da lei penal militar consideram-se como **extensão do território nacional as aeronaves e os navios brasileiros, onde quer que se encontrem**, sob comando militar ou militarmente utilizados ou ocupados por ordem legal de autoridade competente, **ainda que de propriedade privada**.



Letra D: Correta.

#### Ampliação a aeronaves ou navios estrangeiros

CPM. Art. 7º § 2º É também **aplicável a lei penal militar** ao crime praticado a **bordo de aeronaves ou navios estrangeiros**, desde que em lugar sujeito à administração militar, e o crime atente contra as instituições militares.

Letra E: Errada.

#### Retroatividade de lei mais benigna

CPM. Art. 2º. § 1º A **lei posterior** que, de qualquer outro modo, **favorece o agente**, aplica-se **retroativamente**, ainda quando já tenha sobrevivido sentença condenatória irrecorrível.

Gabarito: Letra D.

(Aeronáutica/CIAAR/2016)

**23) De acordo com as regras acerca da territorialidade quando da aplicação da Lei Penal Militar, tem-se que**

A) só é aplicável ao crime cometido em navios sob comando militar, com exclusão das demais embarcações de porte inferior.

B) é aplicável ao crime cometido a bordo de aeronaves estrangeiras bastando que esteja em território nacional.

C) não será aplicável ao crime cometido a bordo de aeronave particular, ainda que sob comando militar.

D) é aplicável ao crime cometido a bordo de aeronave brasileira mesmo que fora do território nacional.

Comentário:

#### Ampliação a aeronaves ou navios estrangeiros

CPM. Art. 7º § 2º É também **aplicável a lei penal militar** ao crime praticado a **bordo de aeronaves ou navios estrangeiros**, desde que em lugar sujeito à administração militar, e o crime atente contra as instituições militares.

Gabarito: Letra D.

(Exército/EsFCEX/2014)

**24) Se um militar brasileiro pratica um crime em missão no Haiti, ainda que segundo o CPM o crime seja considerado crime militar, o CPM não é aplicável em razão da limitação imposta pelo Princípio da Territorialidade.**

Comentário:

É aplicável devido ao princípio da extraterritorialidade.

#### Territorialidade, Extraterritorialidade

CPM. Art. 7º Aplica-se a lei penal militar, **sem prejuízo** de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao **crime cometido**, no todo ou em parte no território nacional, ou fora dele, ainda que, neste caso, o agente esteja sendo **processado ou tenha sido julgado pela justiça estrangeira**.

Gabarito: Errado.

(Exército/EsFCEX/2014)

**25) Segundo positivado no CPM, deve-se considerar como navio uma pequena lancha da Marinha do Brasil com três Fuzileiros Navais, comandada por um Capitão-Tenente da mesma Força Armada.**

Comentário:

#### Conceito de navio

CPM. Art. 7º § 3º Para efeito da aplicação deste Código, considera-se navio **toda embarcação sob comando militar**.

Gabarito: Correto.

(Marinha/Quadro Técnico/2017)

26) Um candidato civil adentra em uma Organização Militar situada no Rio de Janeiro para a realização de uma prova de concurso para ingresso na Marinha do Brasil; mas, por não estar portando um documento de identificação válido, é impedido de realizar a prova. Irresignado, profere palavras ofensivas aos militares que faziam parte da organização do concurso, assim como desferiu golpes em militares responsáveis pela segurança do local, causando-lhes lesões leves.

Considerando o fato acima narrado, marque a opção correta.

A) O candidato não cometeu crimes militares, visto que as vítimas não estavam no exercício de função militar. No entanto, a competência para julgar os crimes militares cometidos é de uma das Auditorias da Circunscrição Judiciária Militar no Estado do Rio de Janeiro.

B) O candidato cometeu crimes militares, pois cometeu crimes contra militares e em local sujeito à administração militar. No entanto, como o agente é civil, a competência para julgar os crimes é da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro.

C) O candidato não cometeu crimes militares, mas sim crimes comuns, uma vez que é civil. Assim, o regular processo penal deverá se desenvolver em uma das varas criminais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

D) O candidato cometeu crimes militares, pois cometeu crimes contra militares e em local sujeito à administração militar. No entanto, como o agente é civil, a competência para julgar os crimes é do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

E) O candidato cometeu crimes militares, pois cometeu crimes contra militares e em local sujeito à administração militar. Assim, a competência para julgar os crimes militares cometidos é de uma das Auditorias da Circunscrição Judiciária Militar no Estado do Rio de Janeiro.

**Comentário:**

O Civil praticou ato contra a Marinha. A Marinha faz parte das Forças Armadas, sendo federal. Com isso, compete a Justiça Militar da União processar e julgar o civil. Assim, a competência para julgar os crimes militares cometidos é de uma das Auditorias da Circunscrição Judiciária Militar no Estado do Rio de Janeiro.

**Crimes militares em tempo de paz**

CPM. Art. 9º Consideram-se **crimes militares**, em tempo de **paz**:

III - os crimes praticados por militar da reserva, ou reformado, ou por civil, **contra as instituições militares**, considerando-se como tais não só os compreendidos no inciso I, como os do inciso II, nos seguintes casos:

b) em **lugar sujeito à administração militar contra militar** em situação de atividade ou assemelhado, ou **contra funcionário de Ministério militar ou da Justiça Militar**, no exercício de função inerente ao seu cargo;

Competência para Julgamento	
Justiça Militar da União	Justiça Comum
Civil x Militar Federal (Marinha/Exército/Aeronáutica)	Civil x Militar Estadual.
<b>OBS:</b> A Justiça Militar Estadual não pode processar e julgar civis.	
CF/88. Art. 125. §4º Compete à <b>Justiça Militar estadual</b> processar e julgar os <b>militares dos Estados</b> , nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.	

**Gabarito:** Letra E.

(FUMARC/PM-MG/2011)

27) O artigo 9º do Código Penal Militar trata das hipóteses de incidência da Lei Penal Militar em tempo de paz. Analise os fatos abaixo:

“Num final de semana, um Coronel da Ativa Y viaja de férias para Poços de Caldas/MG e encontra o Tenente da Reserva PMMG X, que fora seu subordinado e desafeto. Inesperadamente, o Tenente X agride o Coronel Y na saída do hotel em que estavam hospedados.”

Assinale a alternativa **CORRETA**:

A) A atitude do Tenente X configura crime militar, mas por se tratar de oficial da reserva o autor, o processo tramitará na Justiça Comum.

B) A atitude do Tenente X configura crime militar, por se tratar de crime de militar para militar e o processo tramitará na Justiça Militar

## Direito Penal Militar – Art. 1 ao Art. 28

C) A atitude do Tenente X não configura crime militar, mas o processo tramitará na Justiça Militar por se tratar de crime de militar para militar.

D) A atitude do Tenente X não configura crime militar, mas sim crime comum, e o processo tramitará na Justiça Comum.

**Comentário:**

### STF/Info 655

Compete à **justiça comum** processar e julgar crime praticado por **militar contra militar** quando **ambos** estiverem em momento de **folga**.

**Gabarito:** Letra D.

### (IADES/PM-DF/2018)

**28) Segundo a nova redação do artigo 9º do Código Penal Militar (CPM), dada pela Lei nº 13.491/2017, assinale a alternativa correta.**

A) Somente aqueles que estiverem previstos no CPM serão crimes militares.

B) O civil menor de 18 anos de idade responderá, perante a Justiça Militar Estadual, por crime militar que praticar contra policial militar.

C) Os crimes de que trata o artigo 9º do CPM, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares das Forças Armadas contra civil, serão da competência da Justiça Militar da União, se praticados no contexto do cumprimento de atribuições que lhes forem estabelecidas pelo presidente da República ou pelo ministro de Estado da Defesa.

D) Somente aqueles cometidos em área sob administração militar, e desde que cometidos por militar da ativa contra militar da ativa, serão considerados crimes militares.

E) Não há mais hipótese de que crimes militares possam ser cometidos por civil, mesmo os de competência da Justiça Militar da União.

**Comentário:**

Letra A: Errada.

### Crimes militares em tempo de paz

Art. 9º Consideram-se **crimes militares**, em tempo de paz:

II – os crimes previstos neste **Código e os previstos na legislação penal**, quando praticados:

Letra B: Errada.

### Competência para Julgamento

Justiça Militar da União	Justiça Comum
Civil x Militar Federal (Marinha/Exército/Aeronáutica)	Civil x Militar Estadual.
<b>OBS:</b> A Justiça Militar Estadual não pode processar e julgar civis.	
CF/88. Art. 125. §4º Compete à <b>Justiça Militar estadual</b> processar e julgar os <b>militares dos Estados</b> , nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.	

Letra C: Correta.

### Crimes Dolosos Contra a Vida

Regra	Exceção
Os crimes de que trata este artigo, quando <b>dolosos</b> contra a vida e cometidos por <b>militares contra civil</b> , serão da competência do <b>Tribunal do Júri</b> .	Os crimes de que trata este artigo, quando <b>dolosos</b> contra a vida e cometidos por <b>militares das Forças Armadas contra civil</b> , serão da competência da <b>Justiça Militar da União</b> , se praticados no contexto:  I – <b>do cumprimento de atribuições que lhes forem estabelecidas pelo Presidente da República ou pelo Ministro de Estado da Defesa;</b>  II – de <b>ação que envolva a segurança de</b>

	<p><b>instituição militar</b> ou de missão militar, mesmo que não beligerante; ou</p> <p>III – de <b>atividade de natureza militar</b>, <u>de operação de paz, de garantia da lei e da ordem ou de atribuição subsidiária.</u></p>
--	--

Letra D: Errada.

### Crimes militares em tempo de paz

Art. 9º Consideram-se **crimes militares**, em tempo de paz:

III - os crimes praticados por militar da reserva, ou reformado, ou por civil, **contra as instituições militares**, considerando-se como tais não só os compreendidos no inciso I, como os do inciso II, nos seguintes casos:

Letra E: Errada.

### Crimes militares em tempo de paz

Art. 9º Consideram-se **crimes militares**, em tempo de paz:

III - os crimes praticados por militar da reserva, ou reformado, ou por civil, **contra as instituições militares**, considerando-se como tais não só os compreendidos no inciso I, como os do inciso II, nos seguintes casos:

- a) **contra o patrimônio** sob a administração militar, ou contra a ordem administrativa militar;
- b) em **lugar sujeito à administração militar contra militar** em situação de atividade ou assemelhado, ou **contra funcionário de Ministério militar ou da Justiça Militar**, no exercício de função inerente ao seu cargo;
- c) contra militar em formatura, ou durante o período de prontidão, vigilância, observação, exploração, exercício, acampamento, acantonamento ou manobras;
- d) ainda que fora do lugar sujeito à administração militar, contra militar em função de natureza militar, ou no desempenho de serviço de vigilância, garantia e preservação da ordem pública, administrativa ou judiciária, quando legalmente requisitado para aquele fim, ou em obediência a determinação legal superior.

**Gabarito:** Letra C.

(PM-MG/PM-MG/2017)

**29) Consideram-se crimes militares, em tempo de paz, os crimes de que trata o CPM, quando definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, desde que o agente seja militar em situação de atividade.**

**Comentário:**

### Crimes militares em tempo de paz

CPM. Art. 9º Consideram-se **crimes militares**, em tempo de paz:

I - os crimes de que trata este Código, quando definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, qualquer que seja o agente, **salvo disposição especial**;

**Gabarito:** Errado.

(VUNESP/PM-SP/2018)

**30) Os crimes militares em tempo de paz, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares das Forças Armadas contra civil, serão da competência da Justiça Militar da União somente se praticados no contexto de ação que envolva a segurança de instituição militar ou de missão militar, mesmo que não beligerante.**

**Comentário:**

O “somente” torna a questão errada.

Crimes Dolosos Contra a Vida	
Regra	Exceção
Os crimes de que trata este artigo, quando <b>dolosos</b> contra a vida e cometidos por <b>militares contra civil</b> , serão da competência do <b>Tribunal do Júri</b> .	Os crimes de que trata este artigo, quando <b>dolosos</b> contra a vida e cometidos por <b>militares das Forças Armadas contra civil</b> , serão da competência da <b>Justiça Militar da União</b> , se praticados no contexto:  I – do cumprimento de <b>atribuições que lhes forem estabelecidas</b> pelo <u>Presidente da República ou pelo Ministro de Estado da Defesa</u> ;  II – de <b>ação que envolva a segurança de instituição militar</b> ou de missão militar, mesmo que não beligerante; ou  III – de <b>atividade de natureza militar, de operação de paz, de garantia da lei e da ordem ou de atribuição subsidiária</b> .

**Gabarito:** Errado.

(VUNESP/PM-SP/2018)

31) Consideram crimes militares, em tempo de paz os crimes de que trata o Código Penal Militar, quando definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, qualquer que seja o agente, salvo disposição especial.

**Comentário:**

**Crimes militares em tempo de paz**

CPM. Art. 9º Consideram-se **crimes militares**, em tempo de paz:

I - os crimes de que trata este Código, quando definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, qualquer que seja o agente, **salvo disposição especial**;

**Gabarito:** Correto.

(VUNESP/PM-SP/2018)

32) Os crimes militares em tempo de paz, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares estaduais contra civil, serão da competência da Justiça Militar Estadual se praticados no contexto de ação que envolva a segurança de instituição militar ou de missão militar, mesmo que não beligerante.

**Comentário:**

Competência para Julgamento	
Justiça Militar da União	Justiça Comum
Civil x Militar Federal (Marinha/Exército/Aeronáutica)	Civil x Militar Estadual.
<b>OBS:</b> A Justiça Militar Estadual não pode processar e julgar civis.	
CF/88. Art. 125. §4º Compete à <b>Justiça Militar estadual</b> processar e julgar os <b>militares dos Estados</b> , nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.	

**Gabarito:** Errado.

(VUNESP/PM-SP/2018)

33) Os crimes militares em tempo de paz, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares estaduais em serviço ou atuando em razão da função, em comissão de natureza militar, ou em formatura, ainda que fora do lugar sujeito à administração militar, praticados contra militares estaduais da ativa, da reserva, ou reformado, ou civis serão da competência da Justiça Militar Estadual processar e julgar o agente.

**Comentário:**

Crimes Dolosos Contra a Vida	
Regra	Exceção
Os crimes de que trata este artigo, quando <b>dolosos</b> contra a vida e cometidos por <b>militares contra civil</b> , serão da competência do <b>Tribunal do Júri</b> .	Os crimes de que trata este artigo, quando <b>dolosos</b> contra a vida e cometidos por <b>militares das Forças Armadas contra civil</b> , serão da competência da <b>Justiça Militar da União</b> , se praticados no contexto:  I – do cumprimento de <b>atribuições que lhes forem estabelecidas</b> pelo Presidente da República ou pelo <u>Ministro de Estado da Defesa</u> ;  II – de <b>ação que envolva a segurança de instituição militar</b> ou de missão militar, mesmo que não beligerante; ou  III – de <b>atividade de natureza militar, de operação de paz, de garantia da lei e da ordem ou de atribuição subsidiária</b> .

**Gabarito:** Errado.

(VUNESP/PM-SP/2020)

34) A Lei no 13.491/2017 alterou o art. 9º do Código Penal Militar e promoveu uma ampliação da competência da Justiça Militar. Ao lado dos crimes propriamente militares e impropriamente militares, a referida legislação instituiu os crimes militares por extensão.

Diante do exposto, é correto afirmar que o Código Penal Militar considera crime militar, em tempo de paz,

- A) aquele cometido por militar em situação de atividade que utilize armamento de propriedade militar.
- B) entre outros, o previsto na legislação penal comum, quando praticado por militar em serviço.
- C) todo aquele previsto na legislação penal comum, independentemente do sujeito ativo.
- D) todo aquele praticado por militares federais ou estaduais em situação de atividade.

**Comentário:**

#### Crimes militares em tempo de paz

CPM. Art. 9º Consideram-se **crimes militares**, em tempo de paz:

II – os crimes previstos neste **Código e os previstos na legislação penal**, quando praticados:

- c) **por militar em serviço** ou atuando em razão da função, em comissão de natureza militar, ou em formatura, ainda que fora do lugar sujeito à administração militar **contra militar da reserva, ou reformado, ou civil**;

**Gabarito:** Letra B.

(IADES/PM-PA/2021)

35) De acordo com o art. 9º do Código Penal Militar, são crimes militares em tempo de paz todos os previstos na(o)

- A) legislação comum, quando praticados por militares da reserva contra civis, fora de área sob administração militar
- B) legislação comum, quando praticados por militares reformados contra civis.
- C) legislação comum, quando praticados por civis contra militares da reserva ou reformados.
- D) legislação comum, que não atentem contra as instituições militares, praticados por civil contra militar da ativa, ainda que a circunstância de militar da ativa da vítima seja ignorada pelo agente criminoso.
- E) Código Penal Militar, quando definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, qualquer que seja o agente, salvo disposição especial.

**Comentário:**

#### Crimes militares em tempo de paz

Art. 9º Consideram-se **crimes militares**, em tempo de paz:

I - os crimes de que trata este Código, quando definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, qualquer que seja o agente, **salvo disposição especial**;

Gabarito: Letra E.

(CESPE/PM-DF/2009)

**36) Julgue os itens subsequentes, de acordo com a doutrina e a jurisprudência dominantes no âmbito do direito penal militar.**

Considere que um oficial da PMDF, utilizando-se de arma de fogo da corporação e em serviço de guarda na guarita de entrada do batalhão, tenha efetuado um disparo contra um desafeto, civil, que transitava em frente ao quartel, ceifando-lhe a vida. Nessa situação, mesmo que praticado em lugar sujeito à administração militar e com arma da corporação, exclui-se a competência da justiça militar para o processo e o julgamento da conduta, visto que o delito é doloso contra a vida e cometido contra civil.

**Comentário:**

CPM. Art. 9º § 1º. Os crimes de que trata este artigo, quando **dolosos** contra a vida e cometidos por **militares contra civil**, serão da competência do **Tribunal do Júri**.

Gabarito: Correto.

(FUNCAB/PM-GO/2010)

**37) NÃO se considera crime militar, em tempo de paz, o crime praticado:**

- A) por militar em situação de atividade ou assemelhado, contra militar na mesma situação ou assemelhado.
- B) por militar em situação de atividade ou assemelhado, em lugar sujeito à administração militar, contra militar da reserva
- C) por militar em serviço ou atuando em razão da função contra civil
- D) por militar em situação de atividade contra o patrimônio sob a administração ou a ordem administrativa militar.
- E) por militar em território nacional ou estrangeiro, militarmente ocupado.

**Comentário:**

Letras A/B/C/D: Corretas.

### Crimes militares em tempo de paz

Art. 9º Consideram-se **crimes militares**, em tempo de paz:

II – os crimes previstos neste Código e os previstos na legislação penal, **quando praticados**:

- a) por **militar** em situação de atividade ou assemelhado, **contra militar na mesma situação** ou assemelhado;
- b) por **militar** em situação de atividade ou assemelhado, em lugar sujeito à **administração militar, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil**;
- c) **por militar em serviço** ou atuando em razão da função, em comissão de natureza militar, ou em formatura, ainda que fora do lugar sujeito à administração militar **contra militar da reserva, ou reformado, ou civil**;
- d) por **militar** durante o período de manobras ou exercício, **contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil**;

Letra E: Errada.

### Crimes militares em tempo de guerra

Art. 10. Consideram-se **crimes militares**, em tempo de guerra:

III - os **crimes** previstos neste Código, embora também o sejam com igual definição na lei penal comum ou especial, **quando praticados**, qualquer que seja o agente:

- a) em território nacional, ou estrangeiro, militarmente ocupado;

Gabarito: Letra E.

(IBFC/PM-PB/2014)

**38) Consideram-se crimes militares, em tempo de paz os Crimes Previstos no Código Militar, embora também o sejam com igual definição na lei penal comum, quando praticados \_\_\_\_\_.**

**Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna.**

- A) Por militar em situação de atividade ou assemelhado, contra militar na mesma situação ou assemelhado.
- B) Por militar em situação de inatividade ou assemelhado, em lugar sujeito a administração militar, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil.
- C) Por militar em folga ou atuando em razão da função, em comissão de natureza militar, ou em formatura, ainda que fora do lugar sujeito a administração militar contra militar da reserva, ou reformado, ou civil.
- D) Por civil durante o período de manobras ou exercício, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil.

**Comentário:**

### **Crimes militares em tempo de paz**

Art. 9º Consideram-se **crimes militares**, em tempo de paz:

II – os crimes previstos neste Código e os previstos na legislação penal, **quando praticados**:

- a) por **militar** em situação de atividade ou assemelhado, **contra militar** na mesma situação ou assemelhado;

**Gabarito:** Letra A.

(PM-MG/PM-MG/2017)

**39) Marque a alternativa CORRETA. Consideram-se crimes militares, em tempo de paz, os crimes previstos no Código Penal Militar, embora também o sejam com igual definição na lei penal comum, quando praticados:**

- A) Por militar da ativa contra militar da reserva ou reformado, em lugar não sujeito à administração militar.
- B) Por militar da reserva contra militar da reserva, em lugar sujeito à administração militar.
- C) Por militar de serviço, apenas em lugar sujeito à administração militar.
- D) Por militar da ativa contra outro militar da ativa, mesmo que em lugar não sujeito à administração militar.

**Comentário:**

### **Crimes militares em tempo de paz**

Art. 9º Consideram-se **crimes militares**, em tempo de paz:

II – os crimes previstos neste Código e os previstos na legislação penal, **quando praticados**:

- a) por **militar** em situação de atividade ou assemelhado, **contra militar** na mesma situação ou assemelhado;

**Gabarito:** Letra D.

(PM-MG/PM-MG/2018)

**40) Em relação aos crimes militares em tempo de paz, previstos no CPM, analise as assertivas e marque a alternativa CORRETA:**

**I - Militar em serviço ou atuando em razão da função, em comissão de natureza militar, ou em formatura, ainda que fora do lugar sujeito à administração militar comete crime militar contra militar da reserva, ou reformado, ou civil.**

**II - Militar em situação de atividade ou assemelhado comete crime militar em lugar sujeito à administração militar, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil.**

**III - Militar em situação de atividade ou assemelhado comete crime militar contra militar da reserva em qualquer circunstância.**

**IV - Militar durante o período de manobras ou exercício comete crime militar somente contra militar da reserva ou civil.**

**V - Militar em situação de atividade, ou assemelhado, comete crime militar contra o patrimônio sob a administração militar, ou a ordem administrativa militar.**

**A alternativa CORRETA é:**



- A) Somente as assertivas I, III e IV estão corretas.
- B) Somente a assertiva II está correta.
- C) Todas as assertivas estão corretas.
- D) Somente as assertivas I, II e V estão corretas.

**Comentário:**

Item I: Correto.

### Crimes militares em tempo de paz

CPM. Art. 9º Consideram-se **crimes militares**, em tempo de paz:

II – os crimes previstos neste Código e os previstos na legislação penal, **quando praticados**:

c) **por militar em serviço** ou atuando em razão da função, em comissão de natureza militar, ou em formatura, ainda que fora do lugar sujeito à administração militar **contra militar da reserva, ou reformado, ou civil**;

Item II: Correto.

### Crimes militares em tempo de paz

CPM. Art. 9º Consideram-se **crimes militares**, em tempo de paz:

b) por **militar** em situação de atividade ou assemelhado, em lugar sujeito à **administração militar, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil**;

Item III: Errado.

### Crimes militares em tempo de paz

CPM. Art. 9º Consideram-se **crimes militares**, em tempo de paz:

II – os crimes previstos neste Código e os previstos na legislação penal, **quando praticados**:

a) por **militar** em situação de atividade ou assemelhado, **contra militar na mesma situação** ou assemelhado;

Item IV: Errado.

### Crimes militares em tempo de paz

CPM. Art. 9º Consideram-se **crimes militares**, em tempo de paz:

II – os crimes previstos neste Código e os previstos na legislação penal, **quando praticados**:

d) por **militar durante o período de manobras ou exercício**, **contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil**;

Item V: Correto.

### Crimes militares em tempo de paz

CPM. Art. 9º Consideram-se **crimes militares**, em tempo de paz:

e) por **militar em situação de atividade**, ou assemelhado, contra o patrimônio sob a administração militar, ou a ordem administrativa militar;

**Gabarito:** Letra D.

(Marinha/Comando do 7º Distrito Naval/2019)

**41) Qual documento relaciona e classifica os crimes militares, em tempo de paz e em tempo de guerra?**

A) Código Penal Militar.

- B) Regulamento Disciplinar para a Marinha.
- C) Estatuto dos Militares
- D) Constituição da República Federativa do Brasil.
- E) Regulamento Disciplinar para as Forças Armadas.

**Comentário:**

#### Crimes militares em tempo de paz

CPM. Art. 9º Consideram-se **crimes militares**, em tempo de paz:

#### Crimes militares em tempo de guerra

CPM. Art. 10. Consideram-se **crimes militares**, em tempo de guerra:

**Gabarito:** Letra A.

(INSTITUTO AOCP/PM-SC/2018)

#### 42) Considera-se crime militar, em tempo de paz,

- A) o praticado por civil contra policial rodoviário federal.
- B) o praticado por militar em situação de atividade, ou assemelhado, contra o patrimônio sob a administração pública municipal.
- C) o praticado por militar durante o período de manobras ou exercício, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil.
- D) o cometido em qualquer lugar, caso comprometa ou possa comprometer a preparação, a eficiência ou as operações militares.
- E) o praticado em zona de efetivas operações militares ou em território estrangeiro, militarmente ocupado.

**Comentário:**

Letra A: Errada

A Polícia Rodoviária Federal não é uma instituição militar.

Letra B: Errada.

#### Crimes militares em tempo de paz

CPM. Art. 9º Consideram-se **crimes militares**, em tempo de paz:

II – os crimes previstos neste Código e os previstos na legislação penal, **quando praticados**:

- e) por **militar em situação de atividade**, ou assemelhado, contra o patrimônio sob a administração militar, ou a ordem administrativa militar;

Letra C: Correta.

#### Crimes militares em tempo de paz

CPM. Art. 9º Consideram-se **crimes militares**, em tempo de paz:

II – os crimes previstos neste Código e os previstos na legislação penal, **quando praticados**:

- d) por **militar durante o período de manobras ou exercício**, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil;

Letra D: Errada.

#### Crimes militares em tempo de guerra

CPM. Art. 10. Consideram-se **crimes militares**, em tempo de guerra:

III - os **crimes** previstos neste Código, embora também o sejam com igual definição na lei penal comum ou especial, **quando praticados**, qualquer que seja o agente:

b) em **qualquer lugar, se comprometem ou podem comprometer a preparação, a eficiência ou as operações militares** ou, de qualquer outra forma, **atentam contra a segurança externa** do País ou podem expô-la a perigo;

Letra E: Errada.

#### Crimes militares em tempo de guerra

CPM. Art. 10. Consideram-se **crimes militares, em tempo de guerra**:

IV - os **crimes definidos na lei penal comum ou especial, embora não previstos neste Código**, quando praticados em **zona de efetivas operações militares** ou em **território estrangeiro, militarmente ocupado**.

Gabarito: Letra E.

(Exército/EsFCEX/2014)

**43) Os dispositivos do CPM que se referem ao tempo de guerra possuem natureza de lei temporária e, por isso, aplicam-se mesmo após encerrado o tempo de guerra.**

Comentário:

Os dispositivos do CPM que se referem ao tempo de guerra ~~possuem natureza de lei temporária~~ e, por isso, aplicam-se mesmo após encerrado o tempo de guerra.

Gabarito: Errado.

(VUNESP/PM-SP/2013)

**44) Para o fim da aplicação da lei penal militar, nos termos do artigo 9.º do Código Penal Militar, a expressão “militar em situação de atividade” refere-se a**

- A) militar atuando em razão da função.
- B) militar em serviço.
- C) militar da ativa.
- D) militar da reserva.
- E) militar reformado.

Comentário:

O militar da ativa é aquele que está em atividade.

Gabarito: Letra C.

(INSTITUTO AOCP/PM-SC/2018)

**45) Segundo o Código Penal Militar, é considerado "militar", para efeito de aplicação do direito penal militar, o**

- A) agente de segurança privada portador de arma de fogo.
- B) militar reformado empregado na administração militar.
- C) policial rodoviário federal.
- D) membro do Ministério Público Militar.
- E) Ministro de Estado da Defesa.

Comentário:

#### Equiparação a militar da ativa

Art. 12. O militar da reserva ou reformado, empregado na administração militar, equipara-se ao militar em situação de atividade, para o efeito da aplicação da lei penal militar.

Gabarito: Letra B.

(IOBV/PM-SC/2017)

**46) Em relação à aplicação da lei penal militar, assinale a alternativa correta:**

- A) Os militares estrangeiros, quando em comissão ou estágio nas forças armadas, ficam sujeitos à lei penal militar brasileira, ressalvado o disposto em tratados ou convenções internacionais.

B) Ninguém poderá ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando, em virtude dela, a própria vigência de sentença condenatória irrecorrível, inclusive os efeitos de natureza civil.

C) Aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou navios estrangeiros, ainda que em lugares sujeitos à administração militar e o crime atente contra as instituições militares, não se aplica a lei penal militar.

D) Considera-se praticado o crime no momento do resultado, ainda que seja outro o momento da ação ou da omissão.

E) Para o efeito da aplicação penal, o militar da reserva ou reformado, empregado na administração militar, não se equipara ao militar em situação de atividade.

**Comentário:**

Letra A: Correta.

### Militares estrangeiros

Art. 11. Os militares estrangeiros, quando em comissão ou estágio nas forças armadas, ficam sujeitos à lei penal militar brasileira, **ressalvado** o disposto em **tratados** ou **convenções internacionais**.

Letra B: Errada.

### Lei supressiva de incriminação

CPM. Art. 2º **Ninguém** pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, **cessando**, em virtude dela, a **própria vigência de sentença condenatória irrecorrível**, **salvo** quanto aos **efeitos de natureza civil**.

Letra C: Errada.

### Ampliação a aeronaves ou navios estrangeiros

CPM. Art. 7º § 2º É também **aplicável a lei penal militar** ao crime praticado a **bordo de aeronaves** ou **navios estrangeiros**, desde que em lugar sujeito à administração militar, e o crime atente contra as instituições militares.

Letra D: Errada.

### Tempo do crime

CPM. Art. 5º Considera-se praticado o crime no **momento da ação ou omissão**, ainda que outro seja o do resultado.

Letra E: Errada.

### Equiparação a militar da ativa

CPM. Art. 12. O militar da reserva ou reformado, **empregado na administração militar**, **equipara-se ao militar** em situação de atividade, para o efeito da aplicação da lei penal militar.

**Gabarito:** Letra A.

(Marinha/Quadro Técnico/2009)

47) W, militar estrangeiro de país considerado amigo da República Federativa do Brasil, encontra-se em solo pátrio brasileiro realizando estágio profissional, em organização militar da Marinha do Brasil (MB), como representante militar de seu país de onde é oriundo. Entretanto, depois de decorridas algumas semanas de estágio, W desentende-se com um oficial da MB, no interior da sala de instrução em área sob administração militar, sem justo motivo. O fato ocorrido foi enquadrado como o delito previsto no art. 209, §1º (lesão grave), do Decreto-lei nº 1.001, de 21.10.1969 - Código Penal Militar (CPM).

**Em face do fato ocorrido, é correto afirmar que:**

A) W não se encontra sujeito à legislação penal castrense brasileira, pois, trata-se de militar estrangeiro, embora não exista nenhuma ressalva em tratados ou convenções internacionais que o isente de responsabilidade penal militar na República Federativa do Brasil.

B) W encontra-se sujeito à legislação penal militar brasileira, desde que não haja tratados ou convenções internacionais que limitem a aplicabilidade daquela.

C) W não se encontra sujeito à legislação penal castrense brasileira, apenas ao Regulamento Disciplinar da Marinha - Decreto nº 88.545, de 26.07.1983 -, pois, trata-se de militar estrangeiro, embora não exista nenhuma ressalva em tratados ou convenções internacionais que o isente de responsabilidade penal militar na República Federativa do Brasil.

D) W por se encontrar apenas realizando estágio profissional, embora não exista nenhuma ressalva em tratados e/ou convenções internacionais que o isente de responsabilidade penal militar na República Federativa do Brasil, transforma o fato delituoso praticado em uma situação atípica.

E) Não há previsão legal, em nosso ordenamento jurídico positivo, que possa exigir das autoridades militares, do Ministério Público Militar e/ou do Judiciário competentes qualquer ação em relação ao fato ocorrido.

**Comentário:**

### Militares estrangeiros

CPM. Art. 11. Os militares estrangeiros, quando em comissão ou estágio nas forças armadas, ficam sujeitos à lei penal militar brasileira, **ressalvado** o disposto em **tratados** ou **convenções internacionais**.

**Gabarito:** Letra B.

(Aeronáutica/CIAAR/2009)

**48) Os militares estrangeiros, quando em comissão ou estágio nas forças armadas, ficam sujeitos à lei penal militar brasileira, ressalvado o disposto em tratados ou convenções internacionais.**

**Comentário:**

### Militares estrangeiros

CPM. Art. 11. Os militares estrangeiros, quando em comissão ou estágio nas forças armadas, ficam sujeitos à lei penal militar brasileira, **ressalvado** o disposto em **tratados** ou **convenções internacionais**.

**Gabarito:** Correto.

(PM-MG/PM-MG/2018)

**49) Para os efeitos da aplicação da lei penal militar, é CORRETO afirmar:**

A) O militar da reserva conserva as responsabilidades e prerrogativas do posto ou graduação, somente quando contra ele é praticado crime militar

B) O oficial da reserva, ou reformado, conserva as responsabilidades e prerrogativas do posto, quando pratica ou contra ele é praticado crime militar, o que não ocorre com a praça, por não haverem tais prerrogativas em relação à sua graduação.

C) O militar da reserva, ou reformado, empregado na administração militar, equipara-se ao militar em situação de atividade, para o efeito da aplicação da lei penal militar.

D) O militar da reserva ou reformado não goza de prerrogativas do posto ou graduação relativas à aplicação da lei penal militar.

**Comentário:**

Letras A/B/D: Erradas.

### Militar da reserva ou reformado

Art. 13. O militar da reserva, ou reformado, **conserva** as responsabilidades e prerrogativas do posto (oficial) ou graduação (praça), para o efeito da aplicação da lei penal militar, **quando pratica ou contra ele** é praticado crime militar.

Letra C: Correta.

### Equiparação a militar da ativa

Art. 12. O militar da reserva ou reformado, **empregado na administração militar**, **equipara-se ao militar** em situação de atividade, para o efeito da aplicação da lei penal militar.

**Gabarito:** Letra C.

(PM-MG/PM-MG/2017)

50) O militar da reserva, ou reformado, conserva as responsabilidades e prerrogativas do posto ou graduação, para o efeito da aplicação da lei penal militar, quando pratica ou contra ele é praticado crime militar.

Comentário:

**Militar da reserva ou reformado**

CPM. Art. 13. O militar da reserva, ou reformado, **conserva** as responsabilidades e prerrogativas do posto (oficial) ou graduação (praça), para o efeito da aplicação da lei penal militar, quando pratica ou contra ele é praticado crime militar.

Gabarito: Correto.

(PM-MG/PM-MG/2015)

51) O militar da reserva não remunerada possui as responsabilidades e prerrogativas do posto e da graduação, para efeito da aplicação da lei penal militar, quando pratica ou contra ele é praticado crime militar, por estar desobrigado de forma permanente do serviço ativo.

Comentário:

O militar da reserva ~~não remunerada~~ possui as responsabilidades e prerrogativas do posto e da graduação, para efeito da aplicação da lei penal militar, quando pratica ou contra ele é praticado crime militar, por estar desobrigado de forma permanente do serviço ativo.

**Militar da reserva ou reformado**

CPM. Art. 13. O militar da reserva, ou reformado, **conserva** as responsabilidades e prerrogativas do posto (oficial) ou graduação (praça), para o efeito da aplicação da lei penal militar, quando pratica ou contra ele é praticado crime militar.

Gabarito: Errado.

(VUNESP/PM-SP/2014)

52) Assinale a alternativa correta com relação ao militar da reserva ou reformado quando pratica ou contra ele é praticado crime militar

- A) Não conserva as responsabilidades e prerrogativas do posto ou graduação, para efeito da aplicação da lei penal militar.
- B) Não é considerado militar para efeitos da aplicação da lei penal militar.
- C) Equipara--se ao militar em situação de atividade, para efeito da aplicação da lei penal militar
- D) Aplica-se a legislação penal comum, considerando-o um civil
- E) Conserva as responsabilidades e prerrogativas do posto ou graduação, para o efeito da aplicação da lei penal militar.

Comentário:

**Militar da reserva ou reformado**

Art. 13. O militar da reserva, ou reformado, **conserva as responsabilidades e prerrogativas do posto** (oficial) ou graduação (praça), para o efeito da aplicação da lei penal militar, quando pratica ou contra ele é praticado crime militar.

**Equiparação a militar da ativa**

Art. 12. O militar da reserva ou reformado, **empregado na administração militar, equipara-se ao militar** em situação de atividade, para o efeito da aplicação da lei penal militar.

Gabarito: Letra E.

(Exército/EsFCEx/2011)

53) Quanto à aplicação da lei penal militar, assinale a resposta correta.

- A) A lei excepcional é ultrativa, ou seja, aplica-se a fatos posteriores à sua vigência.
- B) Os crimes militares previstos para o tempo de paz são considerados crimes militares em tempo de guerra, em qualquer hipótese.

C) O defeito de incorporação conhecido antes da prática do crime militar exclui a aplicação da lei penal respectiva.  
D) A ocorrência de uma lei supressiva de incriminação faz cessar todos os efeitos da sentença penal condenatória irrecorrível, inclusive, os de natureza civil.

E) Não se aplica a lei penal militar brasileira ao crime cometido por militar brasileiro, em serviço, fora do território nacional, ainda que tratado internacional firmado pelo Brasil disponha nesse sentido.

**Comentário:**

Letra A: Errada.

### Lei excepcional ou temporária

CPM. Art. 4º - A lei **excepcional** ou **temporária**, **embora decorrido o período de sua duração** ou **cessadas as circunstâncias que a determinaram**, **aplica-se ao fato praticado durante sua vigência**.

Letra B: Errada.

Os crimes militares em tempo de paz não são os mesmos dos crimes militares em tempo de guerra.

### Crimes militares em tempo de paz

CPM. Art. 9º Consideram-se **crimes militares**, em tempo de paz:

### Crimes militares em tempo de guerra

CPM. Art. 10. Consideram-se **crimes militares**, em tempo de guerra:

Letra C: Correta.

### Defeito de incorporação

CPM. Art. 14. O defeito do ato de incorporação **não exclui** a aplicação da lei penal militar, **salvo se alegado** ou **conhecido antes da prática do crime**.

Letra D: Errada.

### Lei supressiva de incriminação

CPM. Art. 2º **Ninguém** pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, **cessando**, em virtude dela, **a própria vigência de sentença condenatória irrecorrível**, **salvo** quanto aos **efeitos de natureza civil**.

Letra E: Errada.

### Territorialidade, Extraterritorialidade

CPM. Art. 7º Aplica-se a lei penal militar, **sem prejuízo** de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao **crime cometido**, no todo ou em parte no território nacional, ou fora dele, **ainda que**, neste caso, o agente esteja sendo **processado ou tenha sido julgado pela justiça estrangeira**.

**Gabarito:** Letra C.

(Aeronáutica/CIAAR/2015)

**54) Considere as seguintes afirmativas sobre o Código Penal Militar:**

**I. O defeito do ato de incorporação exclui a aplicação da lei penal militar.**

**II. O militar da reserva, ou reformado, conserva as responsabilidades e prerrogativas do posto ou graduação, para o efeito da aplicação da lei penal militar, quando prática ou contra ele é praticado crime militar.**

**III. No cômputo dos prazos inclui-se o dia do começo.**

**Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s):**

A) I.

B) II.

C) I e II.

D) II e III.

**Comentário:**

Item I: Errado.

### Militar da reserva ou reformado

CPM. Art. 13. O militar da reserva, ou reformado, **conserva** as responsabilidades e prerrogativas do posto (oficial) ou graduação (praça), para o efeito da aplicação da lei penal militar, quando pratica ou contra ele é praticado crime militar.

Item II: Correto.

### Defeito de incorporação

CPM. Art. 14. O defeito do ato de incorporação **não exclui** a aplicação da lei penal militar, **salvo se alegado ou conhecido antes da prática do crime**.

Item III: Correto.

### Contagem de prazo

CPM. Art. 16. No cômputo dos prazos **inclui-se o dia do começo**. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.

**Gabarito:** Letra D.

### (CESPE/PM-DF/2010)

**55) No que concerne à aplicação da lei penal militar, ao crime e à imputabilidade penal, julgue o item a seguir.**

Em eventual conflito aparente de normas, tanto o CPM quanto a lei ordinária que estabeleça tipos penais militares devem prevalecer sobre a legislação comum, em decorrência do princípio da especialidade.

**Comentário:**

Conflito Aparente das Normas Penais
- Trata-se do <b>conflito entre duas ou mais normas penais</b> que tipificam sobre um mesmo fato, sendo possível apenas a aplicação de uma delas em relação ao conflito.
- Divide-se em <b>quatro princípios</b> :
* Especialidade;
* Subsidiariedade;
* Consunção ou Absorção;
* Alternatividade.

Princípio da Especialidade
- É utilizado no <b>conflito de duas normas</b> , uma <b>geral</b> e outra <b>especial</b> . A norma <b>especial</b> é aquela que possui <b>todos os elementos da norma geral com algumas características a mais</b> .
- Existindo conflito nesse caso, a <b>norma especial é aplicada no lugar da norma geral</b> , mesmo aquela tenha uma penalidade maior;
- <b>Lex specialis derogat lex generalis</b> , ou seja, a lei especial afasta a norma geral;

**Gabarito:** Correto.

### (VUNESP/PM-SP/2014)

**56) Com relação ao salário- mínimo, é correto afirmar que o Código Penal Militar**

A) não trata deste assunto.

B) diz que, para efeitos penais, salário-mínimo é o maior mensal vigente no país, ao tempo da sentença.

C) diz que, para efeitos penais, salário-mínimo é o maior mensal vigente no país, ao tempo do crime.

D) diz que, para efeitos penais, salário-mínimo é o menor mensal vigente no país, ao tempo do crime.

E) diz que, para efeitos administrativos, salário-mínimo é o maior mensal vigente no país, ao tempo da indenização.

**Comentário:**



### Legislação especial. Salário-mínimo

CPM. Art. 17. As **regras gerais deste Código** aplicam-se aos fatos incriminados por **lei penal militar especial**, se esta não dispõe de modo diverso. **Para os efeitos penais, salário mínimo é o maior mensal vigente no país, ao tempo da sentença.**

Gabarito: Letra B.

(PM-MG/PM-MG/2017)

**57) Nas infrações disciplinares militares (ilícito administrativo) aplicam-se as penas previstas no CPM.**

Comentário:

### Infrações disciplinares

CPM. Art. 19. Este Código **não compreende** as infrações dos regulamentos **disciplinares**.

Gabarito: Errado.

(VUNESP/APMBB/2010)

**58) O Código Penal Militar também tipifica as infrações disciplinares dos militares das Forças Armadas.**

Comentário:

### Infrações disciplinares

CPM. Art. 19. Este Código **não compreende** as infrações dos regulamentos **disciplinares**.

Gabarito: Errado.

(IADES/PM-DF/2018)

**59) Segundo o Código Penal Militar (CPM),**

A) aos crimes praticados em tempo de guerra, salvo disposição especial, aplicam-se as penas cominadas para o tempo de paz, com o aumento de um terço.

B) o defeito do ato de incorporação não exclui a aplicação da lei penal militar, mesmo que venha a ser alegado ou conhecido antes da prática do crime.

C) o militar estrangeiro, ainda que em comissão ou estágio nas Forças Armadas, não fica sujeito à lei penal militar brasileira, mas à lei do respectivo país de origem.

D) consideram-se crimes militares em tempo de guerra somente aqueles previstos como tais no CPM.

E) sempre que uma lei posterior alterar, no CPM, a tipificação de um delito ou a pena a ele prescrita, tal lei, mesmo que prejudicial ao agente, aplicar-se-á retroativamente, ainda quando já tenha sobrevivido sentença condenatória irreversível.

Comentário:

Letra A: Correta.

### Crimes praticados em tempo de guerra

Art. 20. Aos crimes praticados em tempo de guerra, **salvo disposição especial**, aplicam-se as penas cominadas para o tempo de paz, com o **aumento de um terço**.

Letra B: Errada.

### Defeito de incorporação

Art. 14. O defeito do ato de incorporação **não exclui** a aplicação da lei penal militar, **salvo se alegado ou conhecido antes da prática do crime**.

Letra C: Errada.

### Militares estrangeiros

Art. 11. Os militares estrangeiros, quando em comissão ou estágio nas forças armadas, ficam sujeitos à lei penal militar brasileira, **ressalvado** o disposto em **tratados** ou **convenções internacionais**.

Letra D: Errada.

### Crimes militares em tempo de guerra

Art. 10. Consideram-se **crimes militares**, em tempo de guerra:

IV - os **crimes definidos na lei penal comum ou especial**, embora não previstos neste Código, quando praticados em **zona de efetivas operações militares** ou em **território estrangeiro, militarmente ocupado**.

Letra E: Errada.

### Retroatividade de lei mais benigna

CPM. Art. 2º. § 1º A **lei posterior** que, de qualquer outro modo, **favorece o agente**, aplica-se **retroativamente**, ainda quando já tenha sobrevivido sentença condenatória irrecurável.

Gabarito: Letra A.

### (FUNIVERSA/PM-DF/2018)

**60) No que se refere à aplicação da lei penal militar, assinale a alternativa correta.**

- A) Considera-se praticado o fato, no lugar em que se desenvolveu a atividade criminosa, no todo ou em parte, e ainda que sob forma de participação, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado. Nos crimes omissivos, o fato considera-se praticado no lugar em que deveria realizar-se a ação omitida.
- B) A pena dos crimes militares pode ser cominada por lei formal ou por regulamento disciplinar da corporação.
- C) Aos crimes praticados em tempo de guerra aplicam-se, em regra, as mesmas penas cominadas para o tempo de paz.
- D) Considera-se praticado o crime no momento da produção do resultado.
- E) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando, em virtude dela, a própria vigência de sentença condenatória irrecurável, inclusive quanto aos efeitos de natureza civil.

**Comentário:**

Letra A: Correta.

### Lugar do crime

CPM. Art. 6º Considera-se praticado o fato, no lugar em que se desenvolveu a atividade criminosa, no todo ou em parte, e ainda que sob forma de participação, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado. Nos **crimes omissivos**, o fato considera-se praticado no **lugar em que deveria realizar-se a ação omitida**.

Letra B: Errada.

### Princípio de legalidade

CPM. Art. 1º **Não há crime sem lei anterior** que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.

Letra C: Errada.

### Crimes praticados em tempo de guerra

Art. 20. Aos crimes praticados em tempo de guerra, **salvo disposição especial**, aplicam-se as penas cominadas para o tempo de paz, **com o aumento de um terço**.

Letra D: Errada.

### Tempo do crime

CPM. Art. 5º Considera-se praticado o crime no **momento da ação ou omissão**, ainda que outro seja o do resultado.

Letra E: Errada.

**Lei supressiva de incriminação**

CPM. Art. 2º **Ninguém** pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, **cessando**, em virtude dela, a **própria vigência de sentença condenatória irrecorrível**, **salvo** quanto aos **efeitos de natureza civil**.

**Gabarito:** Letra A.

**(FUNIVERSA/PM-DF/2018)**

**61) Como se denomina toda ação ou omissão contrária às obrigações ou aos deveres militares estatuídos nas leis, nos regulamentos, nas normas e nas disposições em vigor que fundamentam a Organização Militar, desde que não incidindo no que é capitulado pelo Código Penal Militar como crime?**

- A) Contravenção disciplinar.
- B) Crime militar.
- C) Pena disciplinar
- D) Disciplina militar.
- E) Hierarquia militar.

**Comentário:**

D. 88.545/83. Art. 6º - **Contravenção Disciplinar é toda ação ou omissão contrária às obrigações ou aos deveres militares** estatuídos nas leis, nos regulamentos, nas normas e nas disposições em vigor que fundamentam a Organização Militar, desde que não incidindo no que é capitulado pelo Código Penal Militar como crime.

**Pilares do Direito Penal Militar**

\* **Hierarquia:** Trata-se da organização vertical dos órgãos e agentes militares. A hierarquia traz consigo:  
 - Obediência do subordinado em relação as tarefas determinadas pelo superior;  
 - Delegação e avocação de competências;  
 - O comando dos agentes superiores em relação aos que estão abaixo;  
 - Fiscalização e revisão dos atos praticados pelos agentes subordinados.

\* **Disciplina:** Consiste no respeito apresentado pelos agentes em relação as normas que devem seguir.

CF/88. Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na **hierarquia** e **disciplina**, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

CF/88. Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na **hierarquia** e na **disciplina**, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

**Gabarito:** Letra A.

**(IBADE/PM-RN/2018)**

**62) A infração penal prevista no Código Penal Militar, sem correspondência no Código Penal Comum, específica e funcional do ocupante do cargo militar, que lesiona bens ou interesses das instituições militares no aspecto particular da disciplina, da hierarquia, do serviço e do dever militar, traduz a definição doutrinária de:**

- A) crime militar em tempo de paz.
- B) crime impropriamente militar.
- C) crime de mão própria.
- D) crime propriamente militar.
- E) crime impossível militar.

**Comentário:**

**Classificação dos Crimes**

<b>Crime Militar Próprio</b>	Delito cometido somente por militares e que possui tipificação no Código Penal Militar.
	Ex: Deserção.
	<b>Exceção – CPM. Art. 53. §1º, última parte   STF/HC 81.438</b>
<b>Crime Militar</b>	Excepcionalmente, o civil poderá cometer crime militar próprio na posição de partícipe ou coautor.
<b>Crime Militar</b>	Delito que pode ser tipificado se for cometido por um militar ou um civil, tendo tanto

**Direito Penal Militar – Art. 1 ao Art. 28**

<b>Impróprio</b>	previsão no Código Penal Comum, quanto no Penal Militar. Ex: Furto.
<b>Crime Propriamente Militar</b>	Possui previsão apenas no Código Penal Militar.
<b>Crime Impropriamente Militar</b>	Possui previsão tanto no Código Penal Comum, quanto no Código Penal Militar.

**Gabarito:** Letra D.

**(IOBV/PM-SC/2015)**

**63) Os crimes imprópriamente militares são aqueles crimes tipificados como militares por força de lei, em razão de determinadas circunstâncias. Esse tipo de crime também encontra previsão na legislação penal comum, como o homicídio, a lesão corporal, o peculato, a concussão, entre outros.**

**Comentário:**

<b>Classificação dos Crimes</b>	
<b>Crime Propriamente Militar</b>	Possui previsão apenas no Código Penal Militar.
<b>Crime Impropriamente Militar</b>	Possui previsão tanto no Código Penal Comum, quanto no Código Penal Militar.

**Gabarito:** Correto.

**(IADES/PM-DF/2017)**

**64) Assinale a alternativa que apresenta crime militar impróprio.**

- A) Deserção.
- B) Prática de violência contra inferior.
- C) Roubo.
- D) Recusa de obediência.
- E) Abandono de posto.

**Comentário:**

Os delitos de Deserção, Prática de violência contra inferior, Recusa de Obediência e Abandono de Posto são crimes militares próprios.

<b>Classificação dos Crimes</b>	
<b>Crime Militar Próprio</b>	Delito cometido somente por militares e que possui tipificação no Código Penal Militar. Ex: Deserção.
	<b>Exceção – CPM. Art. 53. §1º, última parte   STF/HC 81.438</b>
	Excepcionalmente, o civil poderá cometer crime militar próprio na posição de partícipe ou coautor.
<b>Crime Militar Impróprio</b>	Delito que pode ser tipificado se for cometido por um militar ou um civil, tendo tanto previsão no Código Penal Comum, quanto no Penal Militar. Ex: Furto.

**Gabarito:** Letra C.

**(Marinha/Quadro Técnico/2009)**

**65) O crime tipificado no art. 214 (calúnia), do Decreto-lei nº 1.001, de 21.10.1969 - Código Penal Militar (CPM), é considerado pela doutrina como sendo**

- A) crime militar impróprio.
- B) crime militar próprio.
- C) crime putativo.
- D) crime impossível.
- E) atípico.

**Comentário:**

O crime de calúnia é um crime militar impróprio, pois está previsto tanto no CPM, quanto no CP.

Classificação dos Crimes	
<b>Crime Militar Próprio</b>	Delito cometido somente por militares e que possui tipificação no Código Penal Militar. Ex: Deserção.
	<b>Exceção – CPM. Art. 53. §1º, última parte   STF/HC 81.438</b>
	Excepcionalmente, o civil poderá cometer crime militar próprio na posição de partícipe ou coautor.
<b>Crime Militar Impróprio</b>	Delito que pode ser tipificado se for cometido por um militar ou um civil, tendo tanto previsão no Código Penal Comum, quanto no Penal Militar. Ex: Furto.

**Gabarito:** Letra A.

(FUNCAB/CBM-AC/2015)

**66) Qual o crime impropriamente militar que, comum em sua natureza, pode ser praticado por qualquer cidadão, civil ou militar, mas que, quando praticado por militar em certas condições, a lei considera militar?**

- A) Abandono de posto.
- B) Deserção.
- C) Peculato.
- D) Violência contra inferior.
- E) Recusa de obediência.

**Comentário:**

O Peculato é um crime impropriamente militar.

Classificação dos Crimes	
<b>Crime Militar Próprio</b>	Delito cometido somente por militares e que possui tipificação no Código Penal Militar. Ex: Deserção.
	<b>Exceção – CPM. Art. 53. §1º, última parte   STF/HC 81.438</b>
	Excepcionalmente, o civil poderá cometer crime militar próprio na posição de partícipe ou coautor.
<b>Crime Militar Impróprio</b>	Delito que pode ser tipificado se for cometido por um militar ou um civil, tendo tanto previsão no Código Penal Comum, quanto no Penal Militar. Ex: Furto.

**Gabarito:** Letra C.

(VUNESP/APMBB/2010)

**67) Sobre o crime capitulado no artigo 203 do Código Penal Militar: Dormir o militar, quando em serviço, como oficial de quarto ou de ronda, ou em situação equivalente, ou, não sendo oficial, em serviço de sentinela, vigia, plantão às máquinas, ao leme, de ronda ou em qualquer serviço de natureza semelhante, é correto afirmar que:**

- A) é crime propriamente militar.
- B) o delito não se consuma no exato momento em que o agente adormece.
- C) admite a modalidade culposa.
- D) admite coautoria.
- E) não é delito de mão própria.

**Comentário:**

Trata-se de um delito propriamente militar, sendo consumado no momento em que o militar dorme, não é possível a modalidade culposa, pois não se apresenta expressamente no CPM, não admite coautoria e é considerado um delito de mão própria.

Classificação dos Crimes	
<b>Crime Militar Próprio</b>	Delito cometido por somente por militares e que possui tipificação no Código Penal Militar. Ex: Deserção.
<b>Crime Militar Impróprio</b>	Delito que pode ser tipificado se for cometido por um militar ou um civil, tendo tanto previsão no Código Penal Comum, quanto no Penal Militar. Ex: Furto.
<b>Crime de Mão Própria</b>	Delito que só pode ser praticado pelo próprio agente. Excepcionalmente é possível a coautoria. Ex: Falso testemunho.

Gabarito: Letra A.

(CRS-PMMG/PM-MG/2014)

**68) O civil, em regra, não pratica crime propriamente militar, mas pode praticá-lo por exceção.**

Comentário:

Classificação dos Crimes	
<b>Crime Militar Próprio</b>	Delito cometido somente por militares e que possui tipificação no Código Penal Militar. Ex: Deserção.
	<b>Exceção – CPM. Art. 53. §1º, última parte   STF/HC 81.438</b>
	Excepcionalmente, o civil poderá cometer crime militar próprio na posição de partícipe ou coautor.
<b>Crime Militar Impróprio</b>	Delito que pode ser tipificado se for cometido por um militar ou um civil, tendo tanto previsão no Código Penal Comum, quanto no Penal Militar. Ex: Furto.

Gabarito: Correto.

(CRS-PMMG/PM-MG/2014)

**69) O tráfico e a posse de entorpecentes, por militar estadual, dentro de Unidade Militar Estadual, embora haja previsão em legislação especial penal comum, pode se constituir em crime militar impróprio.**

Comentário:

Trata-se de um Crime Militar impróprio, pois pode ser praticado tanto por militar, quanto por civil, tendo previsão legal tanto no CPM, quanto na Lei de Drogas.

Gabarito: Correto.

(CRS-PMMG/PM-MG/2014)

**70) Dos crimes a seguir relacionados, marque a alternativa CORRETA que descreve os crimes existentes somente no Código Penal Militar:**

- A) reunião ilícita, desobediência, desacato, motim e deserção.
- B) reunião ilícita, recusa de obediência, insubmissão e estupro de vulnerável.
- C) reunião ilícita, recusa de obediência, rigor excessivo e atentado violento ao pudor.
- D) atentado violento ao pudor, violência contra inferior, furto de uso e supressão de documento.

Comentário:

Letra A: Errada.

Desobediência e desacato possuem previsão no CP.

Letra B: Errada.

Estupro de vulnerável possui previsão no CP.

Letra C: Correta.

Letra D: Errada.

Supressão de documento possui previsão no CP.

**Gabarito:** Letra C.

(NUCEPE/PM-PI/2012)

**71) São crimes propriamente militares, previstos no Código Penal Militar.**

- A) Motim, violência contra superior, desacato, recusa de obediência.
- B) Motim, desacato a superior, deserção, abandono de posto.
- C) Motim, desacato a superior, desacato, desobediência.
- D) Motim, deserção, desacato, embriaguez em serviço.
- E) Motim, desacato, embriaguez em serviço, abandono de posto.

**Comentário:**

O Desacato e a desobediência são crimes impropriamente militares.

**Gabarito:** Letra B.

(CESPE/PM-DF/2009)

**72) Julgue os itens subsequentes, de acordo com a doutrina e a jurisprudência dominantes no âmbito do direito penal militar.**

Considere que um funcionário civil, designado para prestar serviço em local de administração disciplinar e submetido a preceito militar, tenha empurrado, propositalmente, seu chefe imediato, um oficial militar, arrancado com violência sua cobertura e rasgado seu fardamento, sem, no entanto, ocasionar-lhe lesão de qualquer natureza. Nessa situação, a violência contra o chefe, um oficial, caracteriza violência contra superior, crime propriamente militar, respondendo o seu autor como se militar fosse.

**Comentário:**

Considere que um funcionário civil, designado para prestar serviço em local de administração disciplinar e submetido a preceito militar, tenha empurrado, propositalmente, seu chefe imediato, um oficial militar, arrancado com violência sua cobertura e rasgado seu fardamento, sem, no entanto, ocasionar-lhe lesão de qualquer natureza. Nessa situação, a violência contra o chefe, um oficial, caracteriza violência contra superior, crime ~~propriamente~~ (impropriamente) militar, respondendo o seu autor como se militar fosse.

**Gabarito:** Errado.

(CESPE/PM-DF/2009)

**73) Julgue os itens subsequentes, de acordo com a doutrina e a jurisprudência dominantes no âmbito do direito penal militar.**

Se um soldado da PMDF, dentro do batalhão a que pertence, pratica, habitualmente, apontamentos do jogo do bicho, nesse caso, a conduta do soldado encontra tipicidade na parte especial do Código Penal Militar, caracterizando delito propriamente militar.

**Comentário:**

A infração jogo do bicho é uma contravenção penal, e não um crime. Sendo assim, a questão está errada.

**Gabarito:** Errado.

(PM-MG/PM-MG/2016)

**74) É possível afirmar que existe tentativa para todos os crimes preterdolosos previstos no CPM, quando da violência resulta morte ou lesão corporal e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado nem assumiu o risco de produzi-lo, sendo que, a pena do crime contra a pessoa é sempre diminuída de um terço e a da tentativa sempre diminuída da metade, podendo o juiz, no caso de excepcional gravidade, aplicar a pena do crime consumado.**

**Comentário:**

**Crime Preterdoloso**

- O agente com **vontade de executar** certo crime (**dolo**), acaba praticando um **crime mais grave, mas por culpa, e não por dolo**.

Ex: Lesão corporal seguida de morte.

Não há tentativa nos crimes preterdolosos.

**Gabarito:** Errado.

(PM-RO/PM-RO/2018)

**75) O Decreto Lei nº 1.001 de 21 de outubro de 1969 define o conceito de pessoa militar. Para fins de aplicação da lei penal militar, qual das alternativas abaixo melhor define o conceito de pessoa considerada militar:**

- A) Não pode ser civil.
- B) Não abrange os casos de incorporação temporária.
- C) Abrange somente os militares da união.
- D) Os civis são considerados militares, para efeitos penais, quando incorporados às forças armadas em tempo de guerra.
- E) Os militares estaduais não são alcançados pelos crimes militares definidos no âmbito federal.

**Comentário:**

Pessoa Considerada Militar	
CPM. Art. 22. É considerada militar, para efeito da aplicação deste Código, <b>qualquer pessoa</b> que, em tempo de paz ou de guerra, seja incorporada às forças armadas, para nelas servir em <b>posto, graduação, ou sujeição à disciplina militar.</b>	
<b>POSTO</b>	Grau hierárquico dos oficiais. Ex: Coronel, Tenente, Major e Capitão.
<b>GRADUAÇÃO</b>	Grau hierárquico dos praças. Ex: Cadete, Sargento, Cabo, Soldados.
<b>MILITARES FEDERAIS</b>	Marinha, Exército e Aeronáutica.
<b>MILITARES ESTADUAIS</b>	Corpo de Bombeiro Militar;
	Polícia Militar.

**Gabarito:** Letra D.

(PM-MG/PM-MG/2015)

**76) Equipara-se a Comandante, para efeito de aplicação do Código Penal Militar, toda a autoridade com função de direção.**

**Comentário:**

#### Equiparação a comandante

CPM. Art. 23. **Equipara-se** ao comandante, para o efeito da aplicação da lei penal militar, toda autoridade com **função de direção.**

**Gabarito:** Correto.

(IBADE/PM-RN/2018)

**77) Sabe-se que no meio militar a hierarquia e a disciplina possuem fundamental importância, com vistas ao regular cumprimento das ordens emanadas pelos militares superiores hierárquicos. Nesse contexto, é importante definir o conceito de “superior”. Assim, de acordo com o Código Penal Militar, considera-se “superior”, para efeito da aplicação da lei penal militar:**

- A) o militar que, em virtude da função, exerce autoridade sobre outro de igual posto ou graduação.
- B) os militares apátridas ou brasileiros que perderam a nacionalidade.
- C) os juízes, os representantes do Ministério Público e os funcionários da Justiça Militar.
- D) qualquer pessoa que, em tempo de paz ou de guerra, seja incorporada às forças armadas, para nelas servir em posto, graduação, ou sujeição à disciplina militar.
- E) a pessoa que assim se declarar perante as autoridades brasileiras ou estrangeiras, militares ou não, em tempo de guerra.

**Comentário:**

Letra A: Correta.

#### Conceito de superior

CPM. Art. 24. O militar que, em virtude da função, **exerce autoridade sobre outro de igual posto ou graduação,** considera-se **superior,** para efeito da aplicação da lei penal militar.



Letra B: Errada.

### Estrangeiros

CPM. Art. 26. Parágrafo único. Para os efeitos da lei penal militar, são considerados estrangeiros os **apátridas e os brasileiros que perderam a nacionalidade**.

Letra C: Errada.

### Os que se compreendem, como funcionários da Justiça Militar

CPM. Art. 27. Quando este Código se refere a funcionários, compreende, para efeito da sua aplicação, os juízes, os representantes do Ministério Público, os funcionários e auxiliares da Justiça Militar.

Letra D: Errada.

### Pessoa considerada militar

CPM. Art. 22. É considerada militar, para efeito da aplicação deste Código, **qualquer pessoa** que, em tempo de paz ou de guerra, seja incorporada às forças armadas, para nelas servir em **posto, graduação, ou sujeição à disciplina militar**.

Letra E: Errada.

Gabarito: Letra A.

(Aeronáutica/CIAAR/2009)

**78) Diz-se crime praticado em presença do inimigo, quando o fato ocorre em zona de efetivas operações militares, ou na iminência ou em situação de hostilidade.**

Comentário:

### Crime praticado em presença do inimigo

CPM. Art. 25. Diz-se crime praticado em presença do inimigo, quando o fato **ocorre em zona de efetivas operações militares**, ou na **iminência ou em situação de hostilidade**.

Gabarito: Correto.

(PM-MG/PM-MG/2015)

**79) Nos termos da Lei Penal Militar, o militar que exerce função, a qual exerça autoridade sobre outro de igual posto ou graduação, é considerado superior.**

Comentário:

### Conceito de superior

CPM. Art. 24. O militar que, em virtude da função, **exerce autoridade sobre outro de igual posto ou graduação**, considera-se **superior**, para efeito da aplicação da lei penal militar.

Gabarito: Correto.

(VUNESP/APMBB/2010)

**80) O militar que, em razão da função, exerce autoridade sobre outro de posto ou graduação superior, é considerado comandante.**

Comentário:

### Conceito de superior

CPM. Art. 24. O militar que, em virtude da função, **exerce autoridade sobre outro de igual posto ou graduação**, considera-se **superior**, para efeito da aplicação da lei penal militar.

Gabarito: Errado.

(VUNESP/APMBB/2010)

**81) Considera-se como crime praticado em presença do inimigo, quando o fato ocorre em zona de efetivas operações militares, ou na iminência ou em situação de hostilidade.**

Comentário:

#### **Crime praticado em presença do inimigo**

CPM. Art. 25. Diz-se crime praticado em presença do inimigo, quando o fato **ocorre em zona de efetivas operações militares**, ou na **iminência ou em situação de hostilidade**.

**Gabarito:** Correto.

(FUNCAB/PM-GO/2010)

**82) Os crimes contra a segurança externa do país ou contra as instituições militares, definidos no Código Penal Militar, não excluem os da mesma natureza definidos em outras leis.**

Comentário:

#### **Casos de prevalência do Código Penal Militar**

CPM. Art. 28. Os crimes **contra a segurança externa do país** ou **contra as instituições militares**, definidos neste Código, excluem os da mesma natureza definidos em outras leis.

**Gabarito:** Errado.

**QUESTÕES SEM COMENTÁRIOS + GABARITO NO FINAL**

**(IADES/PM-DF/2017)**

**01) Com relação ao serviço militar obrigatório, assinale a alternativa correta.**

- A) Mesmo em tempos de guerra, os alistados que se declararem pacifistas podem deixar o serviço militar.
- B) Compete às Forças Armadas, em tempos de paz, atribuir serviço alternativo aos que alegarem imperativo de consciência decorrente de convicção política.
- C) Em tempos de paz, as mulheres são impedidas de prestar o serviço militar.
- D) Os eclesiásticos são isentos do serviço militar a qualquer tempo.
- E) Após alistado, aquele que alegar imperativo de consciência decorrente de crença religiosa torna-se isento do serviço militar obrigatório.

**(INSTITUTO AACP/PM-SC/2018)**

**02) O direito penal militar é um ramo especializado, cujo corpo de normas se volta à instituição de infrações penais militares, com as sanções pertinentes, voltadas a garantir os princípios basilares das Forças Armadas, constituídos pela hierarquia e pela disciplina. Quanto ao direito penal militar vigente no Brasil, assinale a alternativa correta.**

- A) O direito penal militar contempla o princípio constitucional da legalidade, qual seja, não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.
- B) Por se tratar de ramo peculiar do Direito, o direito penal militar não precisa guardar coerência com o direito constitucional vigente desde 1988.
- C) O militar infrator pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime.
- D) A lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente não pode ser aplicada retroativamente.
- E) A pena cumprida no estrangeiro não atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime.

**(Aeronáutica/CIAAR/2019)**

**03) Quanto à parte geral do Código Penal Militar, é correto afirmar que**

- A) as medidas de segurança regem-se pela lei vigente ao tempo do crime, prevalecendo sobre a lei vigente ao tempo da sentença ou da execução.
- B) a lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente, não se aplica retroativamente, quando já tenha sobrevivido sentença condenatória irrecorrível.
- C) para se reconhecer qual a mais favorável, a lei posterior e a anterior devem ser consideradas separadamente, cada qual no conjunto de suas normas aplicáveis ao fato.
- D) ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, contudo, não cessa, em virtude dela, a vigência de sentença condenatória irrecorrível, nem mesmo quanto aos efeitos de natureza civil.

**(Marinha/Quadro Técnico/2017)**

**04) No direito penal comum vigora o princípio da irretroatividade da lei mais gravosa. No entanto, há a possibilidade de aplicação retroativa de lei posterior ao fato, desde que mais benéfica ao agente. De acordo com o Código Penal Militar, para a apuração da maior benignidade da lei posterior**

- A) deverá ser considerada a composição das normas da lei vigente à época do fato e das normas constantes na lei posterior cujo efeito retroativo se pretende operar.
- B) a lei posterior e a anterior devem ser consideradas separadamente, cada qual no conjunto de suas normas aplicáveis ao caso.
- C) a lei posterior somente pode ser considerada mais benéfica se tornar o fato atípico ou isentar o agente de culpa.
- D) não há regra expressa, razão pela qual não deve ocorrer a aplicação retroativa da lei mais benéfica.
- E) a classificação da lei deverá ser considerada, sendo certo de que haverá a aplicação retroativa da lei posterior mais benéfica quando o fato típico houver sido praticado durante a vigência de lei temporária.

**(UEG/PM-GO/2013)**

**05) No que se refere ao conflito de leis no tempo, segundo o Código Penal Militar:**

- A) a lei posterior que favorecer o agente aplica-se retroativamente, salvo quando já tenha sobrevivido sentença condenatória irrecorrível.
- B) ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, permanecendo vigente, entretanto, a sentença irrecorrível proferida com alicerce à lei anterior.
- C) para se reconhecer a norma mais favorável, a lei posterior e anterior devem ser consideradas separadamente, cada qual no conjunto de suas normas aplicáveis ao fato.
- D) há orientação consolidada reconhecendo a possibilidade de se mesclar o regime penal comum e o regime penal castrense, mediante a seleção das partes mais benéficas de cada um deles.

**(FUNCAB/CBM-MT/2014)**

**06) De acordo com o Código Penal Militar, a lei posterior ao fato criminoso que, de qualquer outro modo, favorece o agente:**

- A) provoca a anulação de todos os atos formais do processo criminal em curso.
- B) aplica-se retroativamente, exceto se já tenha sobrevivido sentença condenatória irreversível.
- C) aplica-se retroativamente, mesmo quando já tenha sobrevivido sentença condenatória irreversível.
- D) aplica-se apenas aos fatos ocorridos a partir de sua publicação.
- E) provoca a nulidade absoluta do processo criminal em curso.

(FADESP/PM-PA/2016)

**07) O Código Penal Militar já proibia a chamada “combinação de leis”, vedada pelo Supremo Tribunal Federal, ao determinar que a aferição da lei mais favorável deve ser feita pelo confronto do conjunto de dispositivos de cada lei.**

(Exército/EsFCEX/2014)

**08) O Código Penal Militar tem o Princípio da Insignificância positivado em seu texto, previsto para crimes como furto, roubo e peculato, ao contrário do Código Penal comum onde a aplicação de tal princípio se dá de forma supralegal.**

(CESPE/PM-DF/2010)

**09) No que concerne à aplicação da lei penal militar, ao crime e à imputabilidade penal, julgue o item a seguir.**

As leis excepcionais e temporárias, mesmo depois de revogadas, continuam sendo aplicadas aos fatos praticados durante sua vigência, o que não se contrapõe às regras constitucionais que norteiam o direito penal militar, a exemplo da irretroatividade da lei penal.

(FGV/PM-CE/2021)

**10) O soldado Castro, militar da Polícia Militar do Estado do Ceará, pratica um delito durante a vigência de uma lei temporária. A referida lei determina que a pena do delito será agravada se o crime tiver sido praticado por militar. Ocorre que, na época de seu julgamento, a mencionada lei já não estava em vigor. Sobre a situação descrita, com base no disposto no Código Penal Militar, assinale a afirmativa correta.**

- A) Durante o julgamento, deve ser observada a lei mais benéfica para o réu.
- B) Durante o julgamento, deve ser aplicada a lei vigente.
- C) A lei temporária só será aplicada se for mais benéfica ao réu.
- D) A lei temporária, após o período de vigência, será aplicada ao fato ocorrido durante sua vigência, ainda que mais gravosa.
- E) A lei temporária não pode mais ser aplicada, uma vez decorrido seu período de vigência.

(FGV/PM-CE/2021)

**11) Com base no Código Penal Militar, avalie as afirmativas a seguir.**

**I. Para se reconhecer qual é a mais favorável, a lei posterior e a anterior devem ser consideradas separadamente, cada qual no conjunto de suas normas aplicáveis.**

**II. O Código Penal Militar adota a teoria mista em relação ao tempo do crime, considerando-se praticado o crime tanto no momento da conduta ou omissão, quanto no momento do resultado do crime.**

**III. Se uma lei posterior deixar de considerar um fato de um crime, nenhum agente poderá ser punido, salvo se já tiver sido condenado por sentença irreversível.**

**Está correto o que se afirma em**

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) II e III, apenas.

(UPENET/PM-PE/2018)

**12) Sobre a aplicação da Lei Penal Militar no tempo, analise as afirmativas a seguir:**

**I. O conflito intertemporal, em regra, soluciona-se com a irretroatividade da Lei Penal Militar.**

**II. A retroatividade e a ultratividade da Lei Penal Militar representam o reconhecimento da aplicação de uma lei penal militar em um período fora de sua vigência ou eficácia. Podemos exemplificar com a Lei Militar temporária.**

**III. Se uma Lei Penal Militar retira do ordenamento jurídico um tipo penal previsto em Lei anterior, essa nova norma não pode retroagir no tempo, diante das peculiaridades inerentes à justiça castrense.**

**IV. O Código Penal Militar brasileiro adotou a teoria da ação ou da atividade para definir o tempo do crime. Estão CORRETAS**

- A) I e II, apenas.
- B) I e III, apenas.

- C) II e III, apenas.
- D) I, II e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

(PM-MG/PM-MG/2017)

**13) Sobre a aplicação da Lei Penal Militar, considerando o regramento estabelecido no Código Penal Militar, marque a alternativa CORRETA:**

- A) Há crime sem lei anterior que o defina e pena sem prévia cominação legal.
- B) Considera-se praticado o crime no momento da ação, omissão ou do resultado.
- C) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando, em virtude dela, a própria vigência de sentença condenatória irrecorrível, salvo quanto aos efeitos de natureza civil.
- D) Considera-se praticado o fato, no lugar em que se desenvolveu a atividade criminosa, e não no local onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

(IBADE/PM-RJ/2017)

**14) Quanto ao lugar do crime dos crimes omissivos, o Código Penal Militar adotou a teoria:**

- A) Unitária.
- B) da Atividade
- C) da Ubiquidade
- D) Mista.
- E) do Resultado.

(UEG/PM-GO/2013)

**15) Quanto ao lugar do crime, segundo o Código Penal Militar:**

- A) adota-se a teoria da ubiquidade para os crimes omissivos e comissivos, nos moldes estabelecidos pelo Código Penal.
- B) aplica-se, ao crime comissivo, a teoria da ação ou atividade, pois se considera o lugar do crime somente aquele em que a ação criminosa produziu resultado.
- C) adota-se, ao crime omissivo, a teoria da ubiquidade, pois se considera o lugar do crime aquele em que a conduta omissiva produziu resultado.
- D) nos crimes omissivos, adota-se a teoria da ação ou atividade, pois o fato considera-se praticado no lugar em que deveria realizar-se a ação omitida.

(CESPE/PM-DF/2010)

**16) No que concerne à aplicação da lei penal militar, ao crime e à imputabilidade penal, julgue o item a seguir.**

O CPM adotou para o local e o tempo do crime, entre outras correntes teóricas, a teoria da ubiquidade, que considera como local e tempo do crime tanto aqueles em que foi desenvolvida a ação ou omissão, como aqueles nos quais foi produzido o resultado.

(FGV/PM-RJ/2021)

**17) Com base no disposto no Código Penal Militar, assinale a afirmativa incorreta.**

- A) A qualidade de superior ou de inferior deixa de ser elemento constitutivo do crime quando não conhecida pelo agente.
- B) Se uma lei posterior deixar de considerar um fato um crime, nenhum agente poderá ser punido, ainda que tenha sido condenado por sentença irrecorrível.
- C) Se sobrevier lei que, de qualquer forma, favoreça o agente, aplica-se a lei nova retroativamente, ainda que o agente tenha sido condenado por sentença irrecorrível.
- D) Quanto às medidas de segurança, se houver divergência entre a lei vigente ao tempo da sentença e a lei vigente ao tempo da execução, prevalece a lei em vigor ao tempo da execução.
- E) Aplica-se a lei penal militar, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido em parte no território nacional, salvo se o agente tiver sido julgado pela justiça estrangeira.

(IBADE/PM-RJ/2019)

**18) De acordo com a aplicação da lei penal militar, prevista no Código Penal Militar, assinale a assertiva correta.**

- A) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, desde que seja o mesmo do resultado.
- B) Considera-se praticado o fato, no lugar em que se desenvolveu a atividade criminosa, no todo ou em parte, exceto se sob forma de participação, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado. Nos crimes omissivos, o fato considera-se praticado no lugar em que deveria realizar-se a ação omitida.
- C) Para se reconhecer qual a mais favorável, a lei posterior e a anterior devem ser consideradas conjuntamente.
- D) Ao crime praticado a bordo de aeronaves ou navios estrangeiros, desde que em lugar sujeito à administração militar, aplica-se a lei penal comum.

E) Aplica-se a lei penal militar, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido, no todo ou em parte no território nacional, ou fora dele, ainda que, neste caso, o agente esteja sendo processado ou tenha sido julgado pela justiça estrangeira.

**(INSTITUTO AOCP/PM-ES/2018)**

**19) No que concerne ao Código Penal Militar, assinale a alternativa correta.**

- A) O lugar do crime, quanto aos crimes comissivos, é regido pela teoria da ubiquidade.
- B) A suspensão condicional da pena se aplica, ainda que em tempo de guerra, ao crime de violência contra superior.
- C) Com relação ao tempo do crime, o Código Penal militar filiou-se à teoria do resultado.
- D) Para os efeitos da lei penal militar, consideram-se como extensão do território nacional as aeronaves e os navios brasileiros, onde quer que se encontrem, sob comando militar ou militarmente utilizados ou ocupados por ordem legal de autoridade competente, desde que não sejam de propriedade privada.
- E) Os crimes militares, em tempo de paz, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares contra civil, serão de competência da Justiça Militar da União.

**(UPENET/CBM-PE/2018)**

**20) Sobre a aplicação da Lei Penal Militar, analise as afirmativas a seguir:**

- I. O Código Penal Militar adotou, para a lei penal militar no espaço, tanto a regra da territorialidade quanto a regra da extraterritorialidade.**
- II. A lei posterior que favorece o agente não pode ser aplicada retroativamente quando já tenha sobrevivido sentença condenatória irrecorrível.**
- III. As medidas de segurança regem-se pela lei vigente ao tempo da sentença, prevalecendo, entretanto, se diversa, a lei vigente ao tempo da execução.**
- IV. A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.**

**Estão CORRETAS**

- A) I e II, apenas.
- B) I, II e IV, apenas.
- C) I, III e IV, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

**(CESPE/PM-AL/2017)**

**21) Antônio, depois de presenciar um homicídio que ocorreu próximo de sua residência, foi à delegacia de polícia mais próxima e comunicou o crime à autoridade policial, por escrito.**

**A respeito dessa situação hipotética e de aspectos legais a ela relacionados, julgue o item a seguir.**

Crime comum, como o homicídio, mesmo quando tipificado como crime militar, deve ser investigado por autoridade policial judiciária civil.

**(IBADE/PM-RJ/2017)**

**22) No que tange à aplicação da lei penal militar prevista no Código Penal Militar, assinale a assertiva correta.**

- A) Aplica-se a lei penal militar, com prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido, no todo ou em parte no território nacional.
- B) Considera-se praticado o crime no momento do resultado da ação ou omissão.
- C) Para os efeitos da lei penal militar consideram-se como extensão do território nacional as aeronaves e os navios brasileiros, onde quer que se encontrem, sob comando militar ou ocupados por ordem legal de autoridade competente, exceto os de propriedade privada.
- D) É aplicável a lei penal militar ao crime praticado a bordo de aeronaves ou navios estrangeiros, desde que em lugar sujeito à administração militar, e o crime atente contra as instituições militares.
- E) A lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente, aplica-se retroativamente, exceto se já tenha sobrevivido sentença condenatória irrecorrível.

**(Aeronáutica/CIAAR/2016)**

**23) De acordo com as regras acerca da territorialidade quando da aplicação da Lei Penal Militar, tem-se que**

- A) só é aplicável ao crime cometido em navios sob comando militar, com exclusão das demais embarcações de porte inferior.
- B) é aplicável ao crime cometido a bordo de aeronaves estrangeiras bastando que esteja em território nacional.
- C) não será aplicável ao crime cometido a bordo de aeronave particular, ainda que sob comando militar.
- D) é aplicável ao crime cometido a bordo de aeronave brasileira mesmo que fora do território nacional.

**(Exército/EsFCEX/2014)**

24) Se um militar brasileiro pratica um crime em missão no Haiti, ainda que segundo o CPM o crime seja considerado crime militar, o CPM não é aplicável em razão da limitação imposta pelo Princípio da Territorialidade.

(Exército/EsFCEX/2014)

25) Segundo positivado no CPM, deve-se considerar como navio uma pequena lancha da Marinha do Brasil com três Fuzileiros Navais, comandada por um Capitão-Tenente da mesma Força Armada.

(Marinha/Quadro Técnico/2017)

26) Um candidato civil adentra em uma Organização Militar situada no Rio de Janeiro para a realização de uma prova de concurso para ingresso na Marinha do Brasil; mas, por não estar portando um documento de identificação válido, é impedido de realizar a prova. Irresignado, profere palavras ofensivas aos militares que faziam parte da organização do concurso, assim como desferiu golpes em militares responsáveis pela segurança do local, causando-lhes lesões leves.

Considerando o fato acima narrado, marque a opção correta.

A) O candidato não cometeu crimes militares, visto que as vítimas não estavam no exercício de função militar. No entanto, a competência para julgar os crimes militares cometidos é de uma das Auditorias da Circunscrição Judiciária Militar no Estado do Rio de Janeiro.

B) O candidato cometeu crimes militares, pois cometeu crimes contra militares e em local sujeito à administração militar. No entanto, como o agente é civil, a competência para julgar os crimes é da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro.

C) O candidato não cometeu crimes militares, mas sim crimes comuns, uma vez que é civil. Assim, o regular processo penal deverá se desenvolver em uma das varas criminais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

D) O candidato cometeu crimes militares, pois cometeu crimes contra militares e em local sujeito à administração militar. No entanto, como o agente é civil, a competência para julgar os crimes é do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

E) O candidato cometeu crimes militares, pois cometeu crimes contra militares e em local sujeito à administração militar. Assim, a competência para julgar os crimes militares cometidos é de uma das Auditorias da Circunscrição Judiciária Militar no Estado do Rio de Janeiro.

(FUMARC/PM-MG/2011)

27) O artigo 9º do Código Penal Militar trata das hipóteses de incidência da Lei Penal Militar em tempo de paz. Analise os fatos abaixo:

“Num final de semana, um Coronel da Ativa Y viaja de férias para Poços de Caldas/MG e encontra o Tenente da Reserva PMMG X, que fora seu subordinado e desafeto. Inesperadamente, o Tenente X agride o Coronel Y na saída do hotel em que estavam hospedados.”

Assinale a alternativa CORRETA:

A) A atitude do Tenente X configura crime militar, mas por se tratar de oficial da reserva o autor, o processo tramitará na Justiça Comum.

B) A atitude do Tenente X configura crime militar, por se tratar de crime de militar para militar e o processo tramitará na Justiça Militar

C) A atitude do Tenente X não configura crime militar, mas o processo tramitará na Justiça Militar por se tratar de crime de militar para militar.

D) A atitude do Tenente X não configura crime militar, mas sim crime comum, e o processo tramitará na Justiça Comum.

(IADES/PM-DF/2018)

28) Segundo a nova redação do artigo 9º do Código Penal Militar (CPM), dada pela Lei nº 13.491/2017, assinale a alternativa correta.

A) Somente aqueles que estiverem previstos no CPM serão crimes militares.

B) O civil menor de 18 anos de idade responderá, perante a Justiça Militar Estadual, por crime militar que praticar contra policial militar.

C) Os crimes de que trata o artigo 9º do CPM, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares das Forças Armadas contra civil, serão da competência da Justiça Militar da União, se praticados no contexto do cumprimento de atribuições que lhes forem estabelecidas pelo presidente da República ou pelo ministro de Estado da Defesa.

D) Somente aqueles cometidos em área sob administração militar, e desde que cometidos por militar da ativa contra militar da ativa, serão considerados crimes militares.

E) Não há mais hipótese de que crimes militares possam ser cometidos por civil, mesmo os de competência da Justiça Militar da União.

(PM-MG/PM-MG/2017)

29) Consideram-se crimes militares, em tempo de paz, os crimes de que trata o CPM, quando definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, desde que o agente seja militar em situação de atividade.

(VUNESP/PM-SP/2018)

30) Os crimes militares em tempo de paz, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares das Forças Armadas contra civil, serão da competência da Justiça Militar da União somente se praticados no contexto de ação que envolva a segurança de instituição militar ou de missão militar, mesmo que não beligerante.

(VUNESP/PM-SP/2018)

31) Consideram crimes militares, em tempo de paz os crimes de que trata o Código Penal Militar, quando definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, qualquer que seja o agente, salvo disposição especial.

(VUNESP/PM-SP/2018)

32) Os crimes militares em tempo de paz, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares estaduais contra civil, serão da competência da Justiça Militar Estadual se praticados no contexto de ação que envolva a segurança de instituição militar ou de missão militar, mesmo que não beligerante.

(VUNESP/PM-SP/2018)

33) Os crimes militares em tempo de paz, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares estaduais em serviço ou atuando em razão da função, em comissão de natureza militar, ou em formatura, ainda que fora do lugar sujeito à administração militar, praticados contra militares estaduais da ativa, da reserva, ou reformado, ou civis serão da competência da Justiça Militar Estadual processar e julgar o agente.

(VUNESP/PM-SP/2020)

34) A Lei no 13.491/2017 alterou o art. 9º do Código Penal Militar e promoveu uma ampliação da competência da Justiça Militar. Ao lado dos crimes propriamente militares e impropriamente militares, a referida legislação instituiu os crimes militares por extensão.

Diante do exposto, é correto afirmar que o Código Penal Militar considera crime militar, em tempo de paz,

- A) aquele cometido por militar em situação de atividade que utilize armamento de propriedade militar.
- B) entre outros, o previsto na legislação penal comum, quando praticado por militar em serviço.
- C) todo aquele previsto na legislação penal comum, independentemente do sujeito ativo.
- D) todo aquele praticado por militares federais ou estaduais em situação de atividade.

(IADES/PM-PA/2021)

35) De acordo com o art. 9º do Código Penal Militar, são crimes militares em tempo de paz todos os previstos na(o)

- A) legislação comum, quando praticados por militares da reserva contra civis, fora de área sob administração militar
- B) legislação comum, quando praticados por militares reformados contra civis.
- C) legislação comum, quando praticados por civis contra militares da reserva ou reformados.
- D) legislação comum, que não atentem contra as instituições militares, praticados por civil contra militar da ativa, ainda que a circunstância de militar da ativa da vítima seja ignorada pelo agente criminoso.
- E) Código Penal Militar, quando definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, qualquer que seja o agente, salvo disposição especial.

(CESPE/PM-DF/2009)

36) Julgue os itens subsequentes, de acordo com a doutrina e a jurisprudência dominantes no âmbito do direito penal militar.

Considere que um oficial da PMDF, utilizando-se de arma de fogo da corporação e em serviço de guarda na guarita de entrada do batalhão, tenha efetuado um disparo contra um desafeto, civil, que transitava em frente ao quartel, ceifando-lhe a vida. Nessa situação, mesmo que praticado em lugar sujeito à administração militar e com arma da corporação, exclui-se a competência da justiça militar para o processo e o julgamento da conduta, visto que o delito é doloso contra a vida e cometido contra civil.

(FUNCAB/PM-GO/2010)

37) NÃO se considera crime militar, em tempo de paz, o crime praticado:

- A) por militar em situação de atividade ou assemelhado, contra militar na mesma situação ou assemelhado.
- B) por militar em situação de atividade ou assemelhado, em lugar sujeito à administração militar, contra militar da reserva
- C) por militar em serviço ou atuando em razão da função contra civil
- D) por militar em situação de atividade contra o patrimônio sob a administração ou a ordem administrativa militar.
- E) por militar em território nacional ou estrangeiro, militarmente ocupado.

(IBFC/PM-PB/2014)

38) Consideram-se crimes militares, em tempo de paz os Crimes Previstos no Código Militar, embora também o sejam com igual definição na lei penal comum, quando praticados \_\_\_\_\_ . Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna.



- A) Por militar em situação de atividade ou assemelhado, contra militar na mesma situação ou assemelhado.
- B) Por militar em situação de inatividade ou assemelhado, em lugar sujeito a administração militar, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil.
- C) Por militar em folga ou atuando em razão da função, em comissão de natureza militar, ou em formatura, ainda que fora do lugar sujeito a administração militar contra militar da reserva, ou reformado, ou civil.
- D) Por civil durante o período de manobras ou exercício, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil.

(PM-MG/PM-MG/2017)

**39) Marque a alternativa CORRETA. Consideram-se crimes militares, em tempo de paz, os crimes previstos no Código Penal Militar, embora também o sejam com igual definição na lei penal comum, quando praticados:**

- A) Por militar da ativa contra militar da reserva ou reformado, em lugar não sujeito à administração militar.
- B) Por militar da reserva contra militar da reserva, em lugar sujeito à administração militar.
- C) Por militar de serviço, apenas em lugar sujeito à administração militar.
- D) Por militar da ativa contra outro militar da ativa, mesmo que em lugar não sujeito à administração militar.

(PM-MG/PM-MG/2018)

**40) Em relação aos crimes militares em tempo de paz, previstos no CPM, analise as assertivas e marque a alternativa CORRETA:**

**I - Militar em serviço ou atuando em razão da função, em comissão de natureza militar, ou em formatura, ainda que fora do lugar sujeito à administração militar comete crime militar contra militar da reserva, ou reformado, ou civil.**

**II - Militar em situação de atividade ou assemelhado comete crime militar em lugar sujeito à administração militar, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil.**

**III - Militar em situação de atividade ou assemelhado comete crime militar contra militar da reserva em qualquer circunstância.**

**IV - Militar durante o período de manobras ou exercício comete crime militar somente contra militar da reserva ou civil.**

**V - Militar em situação de atividade, ou assemelhado, comete crime militar contra o patrimônio sob a administração militar, ou a ordem administrativa militar.**

**A alternativa CORRETA é:**

- A) Somente as assertivas I, III e IV estão corretas.
- B) Somente a assertiva II está correta.
- C) Todas as assertivas estão corretas.
- D) Somente as assertivas I, II e V estão corretas.

(Marinha/Comando do 7º Distrito Naval/2019)

**41) Qual documento relaciona e classifica os crimes militares, em tempo de paz e em tempo de guerra?**

- A) Código Penal Militar.
- B) Regulamento Disciplinar para a Marinha.
- C) Estatuto dos Militares
- D) Constituição da República Federativa do Brasil.
- E) Regulamento Disciplinar para as Forças Armadas.

(INSTITUTO AOCP/PM-SC/2018)

**42) Considera-se crime militar, em tempo de paz,**

- A) o praticado por civil contra policial rodoviário federal.
- B) o praticado por militar em situação de atividade, ou assemelhado, contra o patrimônio sob a administração pública municipal.
- C) o praticado por militar durante o período de manobras ou exercício, contra militar da reserva, ou reformado, ou assemelhado, ou civil.
- D) o cometido em qualquer lugar, caso comprometa ou possa comprometer a preparação, a eficiência ou as operações militares.
- E) o praticado em zona de efetivas operações militares ou em território estrangeiro, militarmente ocupado.

(Exército/EsFCEX/2014)

**43) Os dispositivos do CPM que se referem ao tempo de guerra possuem natureza de lei temporária e, por isso, aplicam-se mesmo após encerrado o tempo de guerra.**

(VUNESP/PM-SP/2013)

**44) Para o fim da aplicação da lei penal militar, nos termos do artigo 9.º do Código Penal Militar, a expressão “militar em situação de atividade” refere-se a**

- A) militar atuando em razão da função.
- B) militar em serviço.
- C) militar da ativa.
- D) militar da reserva.
- E) militar reformado.

(INSTITUTO AOCP/PM-SC/2018)

**45) Segundo o Código Penal Militar, é considerado "militar", para efeito de aplicação do direito penal militar, o**

- A) agente de segurança privada portador de arma de fogo.
- B) militar reformado empregado na administração militar.
- C) policial rodoviário federal.
- D) membro do Ministério Público Militar.
- E) Ministro de Estado da Defesa.

(IOBV/PM-SC/2017)

**46) Em relação à aplicação da lei penal militar, assinale a alternativa correta:**

- A) Os militares estrangeiros, quando em comissão ou estágio nas forças armadas, ficam sujeitos à lei penal militar brasileira, ressalvado o disposto em tratados ou convenções internacionais.
- B) Ninguém poderá ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando, em virtude dela, a própria vigência de sentença condenatória irrecorrível, inclusive os efeitos de natureza civil.
- C) Aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou navios estrangeiros, ainda que em lugares sujeitos à administração militar e o crime atente contra as instituições militares, não se aplica a lei penal militar.
- D) Considera-se praticado o crime no momento do resultado, ainda que seja outro o momento da ação ou da omissão.
- E) Para o efeito da aplicação penal, o militar da reserva ou reformado, empregado na administração militar, não se equipara ao militar em situação de atividade.

(Marinha/Quadro Técnico/2009)

**47) W, militar estrangeiro de país considerado amigo da República Federativa do Brasil, encontra-se em solo pátrio brasileiro realizando estágio profissional, em organização militar da Marinha do Brasil (MB), como representante militar de seu país de onde é oriundo. Entretanto, depois de decorridas algumas semanas de estágio, W desentende-se com um oficial da MB, no interior da sala de instrução em área sob administração militar, sem justo motivo. O fato ocorrido foi enquadrado como o delito previsto no art. 209, §1º (lesão grave), do Decreto-lei nº 1.001, de 21.10.1969 - Código Penal Militar (CPM).**

**Em face do fato ocorrido, é correto afirmar que:**

- A) W não se encontra sujeito à legislação penal castrense brasileira, pois, trata-se de militar estrangeiro, embora não exista nenhuma ressalva em tratados ou convenções internacionais que o isente de responsabilidade penal militar na República Federativa do Brasil.
- B) W encontra-se sujeito à legislação penal militar brasileira, desde que não haja tratados ou convenções internacionais que limitem a aplicabilidade daquela.
- C) W não se encontra sujeito à legislação penal castrense brasileira, apenas ao Regulamento Disciplinar da Marinha - Decreto nº 88.545, de 26.07.1983 -, pois, trata-se de militar estrangeiro, embora não exista nenhuma ressalva em tratados ou convenções internacionais que o isente de responsabilidade penal militar na República Federativa do Brasil.
- D) W por se encontrar apenas realizando estágio profissional, embora não exista nenhuma ressalva em tratados e/ou convenções internacionais que o isente de responsabilidade penal militar na República Federativa do Brasil, transforma o fato delituoso praticado em uma situação atípica.
- E) Não há previsão legal, em nosso ordenamento jurídico positivo, que possa exigir das autoridades militares, do Ministério Público Militar e/ou do Judiciário competentes qualquer ação em relação ao fato ocorrido.

(Aeronáutica/CIAAR/2009)

**48) Os militares estrangeiros, quando em comissão ou estágio nas forças armadas, ficam sujeitos à lei penal militar brasileira, ressalvado o disposto em tratados ou convenções internacionais.**

(PM-MG/PM-MG/2018)

**49) Para os efeitos da aplicação da lei penal militar, é CORRETO afirmar:**

- A) O militar da reserva conserva as responsabilidades e prerrogativas do posto ou graduação, somente quando contra ele é praticado crime militar
- B) O oficial da reserva, ou reformado, conserva as responsabilidades e prerrogativas do posto, quando pratica ou contra ele é praticado crime militar, o que não ocorre com a praça, por não haverem tais prerrogativas em relação à sua graduação.

C) O militar da reserva, ou reformado, empregado na administração militar, equipara-se ao militar em situação de atividade, para o efeito da aplicação da lei penal militar.

D) O militar da reserva ou reformado não goza de prerrogativas do posto ou graduação relativas à aplicação da lei penal militar.

(PM-MG/PM-MG/2017)

**50) O militar da reserva, ou reformado, conserva as responsabilidades e prerrogativas do posto ou graduação, para o efeito da aplicação da lei penal militar, quando pratica ou contra ele é praticado crime militar.**

(PM-MG/PM-MG/2015)

**51) O militar da reserva não remunerada possui as responsabilidades e prerrogativas do posto e da graduação, para efeito da aplicação da lei penal militar, quando pratica ou contra ele é praticado crime militar, por estar desobrigado de forma permanente do serviço ativo.**

(VUNESP/PM-SP/2014)

**52) Assinale a alternativa correta com relação ao militar da reserva ou reformado quando pratica ou contra ele é prati-cado crime militar**

A) Não conserva as responsabilidades e prerrogativas do posto ou graduação, para efeito da aplicação da lei penal militar.

B) Não é considerado militar para efeitos da aplicação da lei penal militar.

C) Equipara--se ao militar em situação de atividade, para efeito da aplicação da lei penal militar

D) Aplica-se a legislação penal comum, considerando-o um civil

E) Conserva as responsabilidades e prerrogativas do posto ou graduação, para o efeito da aplicação da lei penal militar.

(Exército/EsFCEX/2011)

**53) Quanto à aplicação da lei penal militar, assinale a resposta correta.**

A) A lei excepcional é ultrativa, ou seja, aplica-se a fatos posteriores à sua vigência.

B) Os crimes militares previstos para o tempo de paz são considerados crimes militares em tempo de guerra, em qualquer hipótese.

C) O defeito de incorporação conhecido antes da prática do crime militar exclui a aplicação da lei penal respectiva.

D) A ocorrência de uma lei supressiva de incriminação faz cessar todos os efeitos da sentença penal condenatória irrecorrível, inclusive, os de natureza civil.

E) Não se aplica a lei penal militar brasileira ao crime cometido por militar brasileiro, em serviço, fora do território nacional, ainda que tratado internacional firmado pelo Brasil disponha nesse sentido.

(Aeronáutica/CIAAR/2015)

**54) Considere as seguintes afirmativas sobre o Código Penal Militar:**

**I. O defeito do ato de incorporação exclui a aplicação da lei penal militar.**

**II. O militar da reserva, ou reformado, conserva as responsabilidades e prerrogativas do posto ou graduação, para o efeito da aplicação da lei penal militar, quando prática ou contra ele é praticado crime militar.**

**III. No cômputo dos prazos inclui-se o dia do começo.**

**Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s):**

A) I.

B) II.

C) I e II.

D) II e III.

(CESPE/PM-DF/2010)

**55) No que concerne à aplicação da lei penal militar, ao crime e à imputabilidade penal, julgue o item a seguir.**

Em eventual conflito aparente de normas, tanto o CPM quanto a lei ordinária que estabeleça tipos penais militares devem prevalecer sobre a legislação comum, em decorrência do princípio da especialidade.

(VUNESP/PM-SP/2014)

**56) Com relação ao salário- mínimo, é correto afirmar que o Código Penal Militar**

A) não trata deste assunto.

B) diz que, para efeitos penais, salário-mínimo é o maior mensal vigente no país, ao tempo da sentença.

C) diz que, para efeitos penais, salário-mínimo é o maior mensal vigente no país, ao tempo do crime.

D) diz que, para efeitos penais, salário-mínimo é o menor mensal vigente no país, ao tempo do crime.

E) diz que, para efeitos administrativos, salário-mínimo é o maior mensal vigente no país, ao tempo da indenização.

(PM-MG/PM-MG/2017)

**57) Nas infrações disciplinares militares (ilícito administrativo) aplicam-se as penas previstas no CPM.**

(VUNESP/APMBB/2010)

**58) O Código Penal Militar também tipifica as infrações disciplinares dos militares das Forças Armadas.**

(IADES/PM-DF/2018)

**59) Segundo o Código Penal Militar (CPM),**

- A) aos crimes praticados em tempo de guerra, salvo disposição especial, aplicam-se as penas cominadas para o tempo de paz, com o aumento de um terço.
- B) o defeito do ato de incorporação não exclui a aplicação da lei penal militar, mesmo que venha a ser alegado ou conhecido antes da prática do crime.
- C) o militar estrangeiro, ainda que em comissão ou estágio nas Forças Armadas, não fica sujeito à lei penal militar brasileira, mas à lei do respectivo país de origem.
- D) consideram-se crimes militares em tempo de guerra somente aqueles previstos como tais no CPM.
- E) sempre que uma lei posterior alterar, no CPM, a tipificação de um delito ou a pena a ele prescrita, tal lei, mesmo que prejudicial ao agente, aplicar-se-á retroativamente, ainda quando já tenha sobrevivido sentença condenatória irrecorrível.

(FUNIVERSA/PM-DF/2018)

**60) No que se refere à aplicação da lei penal militar, assinale a alternativa correta.**

- A) Considera-se praticado o fato, no lugar em que se desenvolveu a atividade criminosa, no todo ou em parte, e ainda que sob forma de participação, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado. Nos crimes omissivos, o fato considera-se praticado no lugar em que deveria realizar-se a ação omitida.
- B) A pena dos crimes militares pode ser cominada por lei formal ou por regulamento disciplinar da corporação.
- C) Aos crimes praticados em tempo de guerra aplicam-se, em regra, as mesmas penas cominadas para o tempo de paz.
- D) Considera-se praticado o crime no momento da produção do resultado.
- E) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando, em virtude dela, a própria vigência de sentença condenatória irrecorrível, inclusive quanto aos efeitos de natureza civil.

(FUNIVERSA/PM-DF/2018)

**61) Como se denomina toda ação ou omissão contrária às obrigações ou aos deveres militares estatuídos nas leis, nos regulamentos, nas normas e nas disposições em vigor que fundamentam a Organização Militar, desde que não incidindo no que é capitulado pelo Código Penal Militar como crime?**

- A) Contravenção disciplinar.
- B) Crime militar.
- C) Pena disciplinar
- D) Disciplina militar.
- E) Hierarquia militar.

(IBADE/PM-RN/2018)

**62) A infração penal prevista no Código Penal Militar, sem correspondência no Código Penal Comum, específica e funcional do ocupante do cargo militar, que lesiona bens ou interesses das instituições militares no aspecto particular da disciplina, da hierarquia, do serviço e do dever militar, traduz a definição doutrinária de:**

- A) crime militar em tempo de paz.
- B) crime impropriamente militar.
- C) crime de mão própria.
- D) crime propriamente militar.
- E) crime impossível militar.

(IOBV/PM-SC/2015)

**63) Os crimes impropriamente militares são aqueles crimes tipificados como militares por força de lei, em razão de determinadas circunstâncias. Esse tipo de crime também encontra previsão na legislação penal comum, como o homicídio, a lesão corporal, o peculato, a concussão, entre outros.**

(IADES/PM-DF/2017)

**64) Assinale a alternativa que apresenta crime militar impróprio.**

- A) Deserção.
- B) Prática de violência contra inferior.
- C) Roubo.
- D) Recusa de obediência.
- E) Abandono de posto.

(Marinha/Quadro Técnico/2009)

**65) O crime tipificado no art. 214 (calúnia), do Decreto-lei n° 1.001, de 21.10.1969 - Código Penal Militar (CPM), é considerado pela doutrina como sendo**

- A) crime militar impróprio.

- B) crime militar próprio.
- C) crime putativo.
- D) crime impossível.
- E) atípico.

(FUNCAB/CBM-AC/2015)

**66) Qual o crime impropriamente militar que, comum em sua natureza, pode ser praticado por qualquer cidadão, civil ou militar, mas que, quando praticado por militar em certas condições, a lei considera militar?**

- A) Abandono de posto.
- B) Deserção.
- C) Peculato.
- D) Violência contra inferior.
- E) Recusa de obediência.

(VUNESP/APMBB/2010)

**67) Sobre o crime capitulado no artigo 203 do Código Penal Militar: Dormir o militar, quando em serviço, como oficial de quarto ou de ronda, ou em situação equivalente, ou, não sendo oficial, em serviço de sentinela, vigia, plantão às máquinas, ao leme, de ronda ou em qualquer serviço de natureza semelhante, é correto afirmar que:**

- A) é crime propriamente militar.
- B) o delito não se consuma no exato momento em que o agente adormece.
- C) admite a modalidade culposa.
- D) admite coautoria.
- E) não é delito de mão própria.

(CRS-PMMG/PM-MG/2014)

**68) O civil, em regra, não pratica crime propriamente militar, mas pode praticá-lo por exceção.**

(CRS-PMMG/PM-MG/2014)

**69) O tráfico e a posse de entorpecentes, por militar estadual, dentro de Unidade Militar Estadual, embora haja previsão em legislação especial penal comum, pode se constituir em crime militar impróprio.**

(CRS-PMMG/PM-MG/2014)

**70) Dos crimes a seguir relacionados, marque a alternativa CORRETA que descreve os crimes existentes somente no Código Penal Militar:**

- A) reunião ilícita, desobediência, desacato, motim e deserção.
- B) reunião ilícita, recusa de obediência, insubmissão e estupro de vulnerável.
- C) reunião ilícita, recusa de obediência, rigor excessivo e atentado violento ao pudor.
- D) atentado violento ao pudor, violência contra inferior, furto de uso e supressão de documento.

(NUCEPE/PM-PI/2012)

**71) São crimes propriamente militares, previstos no Código Penal Militar.**

- A) Motim, violência contra superior, desacato, recusa de obediência.
- B) Motim, desacato a superior, deserção, abandono de posto.
- C) Motim, desacato a superior, desacato, desobediência.
- D) Motim, deserção, desacato, embriaguez em serviço.
- E) Motim, desacato, embriaguez em serviço, abandono de posto.

(CESPE/PM-DF/2009)

**72) Julgue os itens subsequentes, de acordo com a doutrina e a jurisprudência dominantes no âmbito do direito penal militar.**

Considere que um funcionário civil, designado para prestar serviço em local de administração disciplinar e submetido a preceito militar, tenha empurrado, propositalmente, seu chefe imediato, um oficial militar, arrancado com violência sua cobertura e rasgado seu fardamento, sem, no entanto, ocasionar-lhe lesão de qualquer natureza. Nessa situação, a violência contra o chefe, um oficial, caracteriza violência contra superior, crime propriamente militar, respondendo o seu autor como se militar fosse.

(CESPE/PM-DF/2009)

**73) Julgue os itens subsequentes, de acordo com a doutrina e a jurisprudência dominantes no âmbito do direito penal militar.**

Se um soldado da PMDF, dentro do batalhão a que pertence, pratica, habitualmente, apontamentos do jogo do bicho, nesse caso, a conduta do soldado encontra tipicidade na parte especial do Código Penal Militar, caracterizando delito propriamente militar.

(PM-MG/PM-MG/2016)

**74) É possível afirmar que existe tentativa para todos os crimes preterdolosos previstos no CPM, quando da violência resulta morte ou lesão corporal e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o**

resultado nem assumiu o risco de produzi-lo, sendo que, a pena do crime contra a pessoa é sempre diminuída de um terço e a da tentativa sempre diminuída da metade, podendo o juiz, no caso de excepcional gravidade, aplicar a pena do crime consumado.

(PM-RO/PM-RO/2018)

75) O Decreto Lei nº 1.001 de 21 de outubro de 1969 define o conceito de pessoa militar. Para fins de aplicação da lei penal militar, qual das alternativas abaixo melhor define o conceito de pessoa considerada militar:

- A) Não pode ser civil.
- B) Não abrange os casos de incorporação temporária.
- C) Abrange somente os militares da união.
- D) Os civis são considerados militares, para efeitos penais, quando incorporados às forças armadas em tempo de guerra.
- E) Os militares estaduais não são alcançados pelos crimes militares definidos no âmbito federal.

(PM-MG/PM-MG/2015)

76) Equipara-se a Comandante, para efeito de aplicação do Código Penal Militar, toda a autoridade com função de direção.

(IBADE/PM-RN/2018)

77) Sabe-se que no meio militar a hierarquia e a disciplina possuem fundamental importância, com vistas ao regular cumprimento das ordens emanadas pelos militares superiores hierárquicos. Nesse contexto, é importante definir o conceito de “superior”. Assim, de acordo com o Código Penal Militar, considera-se “superior”, para efeito da aplicação da lei penal militar:

- A) o militar que, em virtude da função, exerce autoridade sobre outro de igual posto ou graduação.
- B) os militares apátridas ou brasileiros que perderam a nacionalidade.
- C) os juízes, os representantes do Ministério Público e os funcionários da Justiça Militar.
- D) qualquer pessoa que, em tempo de paz ou de guerra, seja incorporada às forças armadas, para nelas servir em posto, graduação, ou sujeição à disciplina militar.
- E) a pessoa que assim se declarar perante as autoridades brasileiras ou estrangeiras, militares ou não, em tempo de guerra.

(Aeronáutica/CIAAR/2009)

78) Diz-se crime praticado em presença do inimigo, quando o fato ocorre em zona de efetivas operações militares, ou na iminência ou em situação de hostilidade.

(PM-MG/PM-MG/2015)

79) Nos termos da Lei Penal Militar, o militar que exerce função, a qual exerça autoridade sobre outro de igual posto ou graduação, é considerado superior.

(VUNESP/APMBB/2010)

80) O militar que, em razão da função, exerce autoridade sobre outro de posto ou graduação superior, é considerado comandante.

(VUNESP/APMBB/2010)

81) Considera-se como crime praticado em presença do inimigo, quando o fato ocorre em zona de efetivas operações militares, ou na iminência ou em situação de hostilidade.

(FUNCAB/PM-GO/2010)

82) Os crimes contra a segurança externa do país ou contra as instituições militares, definidos no Código Penal Militar, não excluem os da mesma natureza definidos em outras leis.

Direito Penal Militar – Art. 1 ao Art. 28

Gabarito			
1	B	46	A
2	A	47	B
3	C	48	C
4	B	49	C
5	B	50	C
6	C	51	E
7	C	52	E
8	E	53	C
9	C	54	D
10	D	55	C
11	A	56	B
12	D	57	E
13	C	58	E
14	B	59	A
15	D	60	A
16	E	61	A
17	E	62	D
18	E	63	C
19	A	64	C
20	C	65	A
21	E	66	C
22	D	67	A
23	D	68	C
24	E	69	C
25	C	70	C
26	E	71	B
27	D	72	E
28	C	73	E
29	E	74	E
30	E	75	D
31	C	76	C
32	E	77	A
33	E	78	C
34	B	79	C
35	E	80	E
36	C	81	C
37	E	82	E
38	A		
39	D		
40	D		
41	A		
42	E		
43	E		
44	C		
45	B		

